

Demonstrações financeiras
consolidadas **2019** e relatório
dos auditores independentes

Votorantim S.A.

31 de dezembro de 2019

VOTORANTIM

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Votorantim S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas da Votorantim S.A. ("Companhia") e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Votorantim S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2019, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

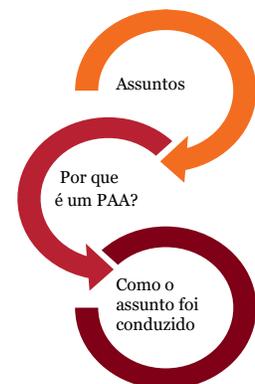
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior.

Neste contexto, os Principais Assuntos de Auditoria bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior, exceto pela exclusão do assunto relacionados ao ativo mantido para venda – Fibria Celulose S.A.



Porque é um PAA**Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**

Avaliação da redução do ativo imobilizado e do intangível ao seu valor recuperável (Notas explicativas 18 e 19)

A Companhia e suas controladas possuem parte substancial de seus ativos representada por ativos imobilizados e intangíveis (incluindo ágio por expectativa de rentabilidade futura oriundo de combinações de negócios ocorridas em exercícios anteriores e direitos de exploração sobre recursos naturais) sujeitos à avaliação da redução aos seus valores recuperáveis.

Em complemento à avaliação anual requerida para as Unidades Geradoras de Caixa (“UGCs”) que contém ágio, a Companhia e suas controladas identificaram indicadores de deterioração ou perda do valor contábil em determinados ativos e efetuaram avaliação da redução aos seus valores recuperáveis.

O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo líquido de despesas de venda e o seu valor em uso, e a sua determinação envolve premissas e julgamentos críticos da Administração, a determinação das taxas de desconto apropriadas, dentre outras utilizadas nos cálculos. Condições econômicas e de mercado adversas podem fazer com que essas premissas sofram alterações significativas.

Em função da relevância dos montantes envolvidos, do nível de subjetividade dos julgamentos realizados pela Companhia, suas controladas e seus especialistas na avaliação do valor recuperável desses ativos e do possível impacto que eventuais alterações nas premissas associadas a esses julgamentos poderiam ter nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

Em resposta a esse assunto, entendemos e testamos os controles-chave existentes nessa área e avaliamos a metodologia utilizada pela Administração para identificação das Unidades Geradoras de Caixa (“UGCs”).

Adicionalmente, avaliamos a razoabilidade das principais premissas utilizadas pela Administração, incluindo a taxa de desconto utilizada para determinação do valor recuperável, comparando-as com previsões econômicas e setoriais disponíveis. Também testamos, com o apoio de nossos especialistas, a precisão matemática dos cálculos e dados das principais premissas utilizadas nas projeções de fluxos de caixa e determinação da taxa de desconto.

Por meio de análise de sensibilidade sobre as principais premissas utilizadas, avaliamos se as variações, individuais ou cumulativas, resultariam em perdas por *impairment* significativamente superiores às registradas pela Companhia.

Como resultado dos procedimentos de auditoria, consideramos que a metodologia utilizada pela Administração é consistente com a metodologia adotada em exercícios anteriores e as divulgações estão coerentes com dados e informações obtidas em nossos procedimentos.

Votorantim S.A.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Realização de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social (Notas explicativas 14 e 24(b))

A Companhia e suas controladas mantêm registrados tributos diferidos oriundos de diferenças temporárias e prejuízos fiscais de imposto de renda e contribuição social, assim como crédito de imposto de renda e contribuição social a recuperar. Esses créditos foram registrados na medida em que a Administração considera que gerará lucros tributáveis futuros suficientes para a utilização desses créditos.

Consideramos essa uma área de foco de auditoria, pois a avaliação realizada pela Administração da Companhia sobre a realização desses créditos envolve julgamentos importantes e subjetivos para determinar as bases tributárias futuras para utilização desses montantes.

Em resposta a esse assunto, entendemos e testamos os controles-chave utilizados pela Companhia na apuração e registro dos créditos tributários, bem como o modelo utilizado para as projeções de resultados, que foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia.

Realizamos avaliação em base de testes dos cálculos dos créditos tributários e sobre os modelos e premissas críticas utilizados pela Administração para determinar as bases tributárias futuras. Comparamos essas premissas com informações macroeconômicas disponíveis no mercado, bem como comparamos informações dessas projeções com orçamentos aprovados pelos órgãos de governança da Companhia. Adicionalmente, analisamos os prazos de realização considerados nos estudos e os dados históricos da própria Companhia, para testar a adequação e a consistência dessas estimativas de realização em relação aos utilizados nos exercícios anteriores. Finalmente, avaliamos as divulgações relacionadas com o reconhecimento desses créditos tributários.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para determinação dos créditos tributários são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

Provisões e passivos contingentes (Nota explicativa 25)

A Companhia e suas controladas possuem, em 31 de dezembro de 2019, provisões que são mensuradas com base nas perdas prováveis estimadas nos respectivos processos.

Em resposta a esse assunto, avaliamos a consistência entre a política contábil relacionada com as provisões e os procedimentos adotados pela Administração para determinação das

Porque é um PAA

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas possuem ações tributárias, cíveis, ambientais e trabalhistas em andamento, para as quais não foram registradas provisões nas demonstrações financeiras, considerando que as perspectivas para perda foram avaliadas como possíveis ou remotas pela Administração, a partir de posições dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia.

A determinação da possibilidade de êxito nos processos em andamento, assim como a estimativa das perdas prováveis esperadas envolve julgamentos críticos por parte da Administração da Companhia, pois depende de eventos futuros que não estão sob controle da Administração. Nesse contexto, o andamento desses processos nas diversas esferas aplicáveis pode sofrer desdobramentos diferentes do esperado pela Administração e seus assessores jurídicos internos e externos, sendo que mudanças nas tendências dos tribunais ou novas jurisprudências podem fazer com que as estimativas da Administração sofram alterações significativas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

provisões e suas respectivas divulgações. Adicionalmente, obtivemos confirmações dos assessores jurídicos externos contemplando os prognósticos de perda para os principais processos, bem como a quantificação dos montantes estimados como perda remota, possível e provável. Envolvemos nossos especialistas na área tributária para avaliarmos a razoabilidade das estimativas da Administração e seus assessores jurídicos internos e externos para determinados processos, considerando a evolução desses processos e a jurisprudência existente, quando aplicável.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para determinação das provisões e as divulgações em notas explicativas estão consistentes com as informações recebidas ao longo da nossa auditoria.

ICMS sobre a base e cálculo do PIS e da COFINS (Notas explicativas 1.1(d) e 14)

A Companhia reconheceu, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, valores referentes a crédito tributário decorrente da exclusão do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e serviços ("ICMS") da base de cálculo do imposto do programa de integração social ("PIS") e da contribuição para financiamento da seguridade social ("COFINS").

Consideramos o tema foco de auditoria, pois a apuração dos créditos, bem como a avaliação de sua realização, demandou da administração julgamentos importantes e subjetivos.

Em resposta a este assunto, obtivemos as posições legais dos assessores jurídicos externos da Companhia e envolvemos nossos especialistas tributários na avaliação dos riscos envolvidos no reconhecimento e realização de tais créditos. Checamos, em base de testes, os cálculos dos créditos tributários e os modelos e premissas críticas utilizados pela Administração na determinação dos valores reconhecidos.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para determinação dos créditos tributários e as divulgações em notas explicativas estão consistentes com as informações recebidas ao longo da nossa auditoria.

Votorantim S.A.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

A demonstração consolidada do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, quando lermos o Relatório da Administração, nós concluirmos que há distorção relevante nesse relatório, teremos que comunicar a questão aos responsáveis pela governança.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Votorantim S.A.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Votorantim S.A.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 5 de março de 2020

PRICEWATERHOUSECOOPERS
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'CEM'.

Carlos Eduardo Guaraná Mendonça
Contador CRC 1SP196994/O-2

Índice

Demonstrações financeiras consolidadas

Demonstrações

Balço patrimonial consolidado	2
Demonstração consolidada do resultado.....	4
Demonstração consolidada do resultado abrangente	5
Demonstração consolidada das mutações do patrimônio líquido.....	6
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa	7
Demonstração consolidada do valor adicionado	9

Considerações gerais

1	Considerações gerais.....	10
1.1	Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2019	10
2	Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas	14
2.1	Base de apresentação	14
2.2	Consolidação	14
2.3	Reapresentação de cifras comparativas	16
2.4	Conversão de moeda estrangeira	19
3	Mudanças nas práticas contábeis e divulgações.....	20
3.1	Transição de normas	20

Passivo e patrimônio líquido

21	Empréstimos e financiamentos	56
22	Arrendamento	62
23	Risco sacado	63
24	Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	63
25	Provisões.....	66
26	Uso do bem público - UBP	73
27	Receita diferida –obrigação por performance.....	74
28	Benefícios de plano de pensão e saúde pós-emprego	74
29	Patrimônio líquido.....	77

Riscos

4	Estimativas e julgamentos contábeis críticos	21
5	Gestão de risco sócio ambiental	21
6	Gestão de risco financeiro	22
6.1	Fatores de risco financeiro	22
6.1.1	Instrumentos financeiros derivativos.....	26
6.1.2	Estimativa do valor justo	28
6.1.3	Demonstrativo da análise de sensibilidade.....	30
7	Instrumentos financeiros por categoria	32
8	Qualidade dos créditos dos ativos financeiros	34

Resultado

30	Receita líquida dos produtos vendidos e dos serviços prestados	80
31	Abertura do resultado por natureza	83
32	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	84
33	Resultado financeiro líquido	85

Ativo

9	Caixa e equivalentes de caixa	35
10	Aplicações financeiras	35
11	Contas a recebe de clientes	37
12	Estoques	38
13	Instrumentos financeiros - Suzano	38
14	Tributos a recuperar	39
15	Partes relacionadas	39
16	Instrumentos financeiros - compromisso firme	41
17	Investimentos	42
18	Imobilizado.....	47
19	Intangível	50
20	Direito de uso sobre contratos de arrendamento	55

Informações suplementares

34	Benefícios fiscais	86
35	Seguros	86
36	Informações de segmentos de negócios	87
37	Eventos subsequentes	94

	Nota	2019	2018
			Reapresentado (Nota 2.3)
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	6.262	7.742
Aplicações financeiras	10	4.444	3.315
Instrumentos financeiros derivativos	6.1.1 (a)	62	216
Contas a receber de clientes	11	2.196	2.546
Estoques	12	4.129	3.814
Tributos a recuperar	14	1.968	1.473
Dividendos a receber	15	81	14
Instrumentos financeiros - compromisso firme	16		202
Outros ativos		621	564
		19.763	19.886
Ativos classificados como mantidos para venda			4.527
		19.763	24.413
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Aplicações financeiras	10	23	23
Instrumentos financeiros - Suzano	13	2.749	
Instrumentos financeiros derivativos	6.1.1 (a)	337	256
Instrumentos financeiros derivativos - <i>put option</i>	6.1.1 (b)	655	744
Tributos a recuperar	14	3.477	2.731
Partes relacionadas	15	229	271
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24 (b)	3.341	4.079
Depósitos judiciais	25 (b)	345	755
Instrumentos financeiros - compromisso firme	16	29	
Outros ativos		726	685
		11.911	9.544
Investimentos	17 (c)	11.720	11.310
Imobilizado	18	27.148	26.213
Intangível	19	13.283	13.492
Direito de uso sobre contratos de arrendamento	20	813	
Ativos biológicos		85	74
		64.960	60.633
Total do ativo		84.723	85.046

	Nota	2019	2018
			Reapresentado (Nota 2.3)
Passivo			
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	21 (a)	954	5.291
Arrendamento	22	210	
Instrumentos financeiros derivativos	6.1.1 (a)	69	166
Risco sacado a pagar	23	1.415	1.312
Fornecedores		4.429	4.137
Salários e encargos sociais		836	845
Tributos a recolher		424	490
Adiantamento de clientes		102	128
Dividendos a pagar	15	120	482
Uso do bem público - UBP	26	87	83
Instrumentos financeiros - compromisso firme	16	81	19
Receita diferida - obrigação por performance	27	32	242
Receita diferida - <i>streaming</i> de prata		106	124
Outros passivos		838	808
		9.703	14.127
Passivos relacionados a ativos mantidos para venda		2	108
		9.705	14.235
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	21 (a)	18.801	19.160
Arrendamento	22	631	
Instrumentos financeiros derivativos	6.1.1 (a)	383	78
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24 (b)	2.087	2.194
Partes relacionadas	15	50	136
Provisões	25 (a)	3.137	2.595
Uso do bem público - UBP	26	1.151	1.106
Benefícios de plano de pensão e saúde pós-emprego	28	367	319
Instrumentos financeiros - compromisso firme	16	122	161
Receita diferida - obrigação por performance	27		29
Receita diferida - <i>streaming</i> de prata		621	650
Outros passivos		761	924
		28.111	27.352
Total do passivo		37.816	41.587
Patrimônio líquido			
Capital social	29 (a)	28.656	28.656
Reservas de lucros		11.165	7.243
Ajustes de avaliação patrimonial	29 (c)	1.948	1.937
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores		41.769	37.836
Participação dos acionistas não controladores	29 (d)	5.138	5.623
Total do patrimônio líquido		46.907	43.459
Total do passivo e do patrimônio líquido		84.723	85.046

	Nota	2019	2018
			Reapresentado (Nota 2.3)
Operações continuadas			
Receita líquida dos produtos vendidos e dos serviços prestados	30	30.907	30.931
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	31	(25.812)	(25.029)
Lucro bruto		5.095	5.902
Receitas (despesas) operacionais			
Com vendas	31	(873)	(755)
Gerais e administrativas	31	(2.496)	(2.137)
Outras receitas operacionais, líquidas	32	5.992	592
		2.623	(2.300)
Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro		7.718	3.602
Resultado de participações societárias			
Equivalência patrimonial	17 (c)	919	1.118
Dividendos recebidos			820
Realização de outros resultados abrangentes na alienação de investimentos		108	4
		1.027	1.942
Resultado financeiro líquido	33		
Receitas financeiras		1.267	1.257
Despesas financeiras		(2.512)	(2.529)
Resultado dos instrumentos financeiros derivativos		(235)	208
Variações cambiais, líquidas		(137)	(976)
		(1.617)	(2.040)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		7.128	3.504
Imposto de renda e contribuição social	24 (a)		
Correntes		(1.461)	(455)
Diferidos		(705)	(556)
Lucro das operações continuadas		4.962	2.493
Operações descontinuadas			
Prejuízo das operações descontinuadas		(37)	(183)
Lucro do exercício atribuído aos acionistas		4.925	2.310
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores		5.170	2.102
Lucro líquido (prejuízo) atribuível aos acionistas não controladores		(245)	208
Lucro líquido do exercício		4.925	2.310
Quantidade média ponderada de ações - milhares (controladores)		18.278.789	18.278.789
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações, em reais		282,84	115,00
Das operações continuadas			
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações, em reais		284,87	125,01
Das operações descontinuadas			
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações, em reais		(2,02)	(10,01)

	Nota	2019	2018
			Reapresentado
Lucro líquido do exercício		4.925	2.310
Outros componentes do resultado abrangente a serem classificados no resultado			
Atribuíveis a acionistas controladores			
Variação cambial de investidas no exterior	29 (c)	96	1.555
Hedge accounting de investimentos no exterior, líquido de efeitos tributários	29 (c)	92	(931)
Hedge accounting operacional de controladas	29 (c)	(39)	158
Valor justo de ativo disponível para venda de investimentos não consolidados	29 (c)	43	(74)
Realização de resultados abrangentes do ganho na transação da Fibria Celulose S.A.	29 (c)	(15)	
Ajuste a valor justo das ações detidas na Suzano S.A., líquido dos efeitos tributários	29 (c)	(121)	
Perda no aporte de capital na Nexa Resources S.A.	29 (c)	(63)	
Realização de resultados abrangentes na liquidação da Voto - Votorantim Overseas Trading Operations IV Ltd.	29 (c)	(108)	
Perda no aporte de capital na Acerias Paz del Rio	29 (c)	(57)	
Ajuste de inflação para economias hiperinflacionárias	29 (c)	340	419
Efeito do imposto de renda diferido passivo sobre a mais valia de ativos da St. Mary's			43
Participação nos outros resultados abrangentes das investidas	29 (c)	(24)	(1)
Atribuíveis a acionistas não controladores			
Variação cambial de investidas no exterior		(50)	714
Hedge accounting operacional		3	(1)
Participação em outros resultados abrangentes das investidas		28	
		125	1.882
Outros componentes do resultado abrangente que não serão classificados no resultado			
Atribuíveis a acionistas controladores			
Remensurações dos benefícios de aposentadoria, líquidas de efeitos tributários	29 (c)	(133)	34
Atribuíveis a acionistas não controladores			
Remensurações dos benefícios de aposentadoria, líquidas de efeitos tributários		(1)	2
Outros componentes do resultado abrangente do exercício		(9)	1.918
Das operações			
Operações continuadas		4.953	4.411
Operações descontinuadas		(37)	(183)
		4.916	4.228
Atribuível aos acionistas			
Controladores		5.181	3.305
Não controladores		(265)	923
		4.916	4.228

Demonstração consolidada das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

VOTORANTIM

	Atribuível aos acionistas controladores									
	Nota	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total	Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido
		Capital social	De incentivos fiscais	Legal	Retenção					
Em 1º de janeiro de 2018		28.656	10	684	5.875		734	35.959	4.856	40.815
Adoção inicial do IFRS 9						(342)		(342)		(342)
Aplicação inicial cotas de FIPs, líquido de impostos - Banco Votorantim S.A.						(116)		(116)		(116)
Ajuste de inflação e variação cambial - IAS 29 / CPC 42							419	419		419
Efeito do imposto de renda diferido passivo sobre a mais valia de ativos da St. Mary's						94	43	137		137
Em 1º de janeiro de 2018, após os impactos da adoção das normas e reapresentações		28.656	10	684	5.875	(364)	1.196	36.057	4.856	40.913
Lucro líquido do exercício						2.102		2.102	208	2.310
Outros componentes do resultado abrangente							741	741	715	1.456
Total do resultado abrangente do exercício						2.102	741	2.843	923	3.766
Dividendos distribuídos					(789)	(415)		(1.204)	(61)	(1.265)
Reversão de dividendos deliberados					140			140		140
Distribuição de share premium - NEXA									(95)	(95)
Destinação do lucro líquido do exercício					1.236	(1.236)				
Constituição de reserva legal				87		(87)				
Dividendos distribuídos										
Total de contribuições e distribuições para acionistas				87	587	(1.738)		(1.064)	(156)	(1.220)
Em 31 de dezembro de 2018 (reapresentado)		28.656	10	771	6.462		1.937	37.836	5.623	43.459
Lucro líquido (prejuízo) do exercício						5.170		5.170	(245)	4.925
Outros componentes do resultado abrangente							11	11	(20)	(9)
Total do resultado abrangente do exercício						5.170	11	5.181	(265)	4.916
Perda no aumento de capital na Karmin					(188)			(188)		(188)
Aquisição de participação de não controladores Votorantim Cimentos EAA Inversiones S.L.									(3)	(3)
Dividendos distribuídos	29 (b)				(1.475)			(1.475)	(217)	(1.692)
Reversão de dividendos deliberados	29 (b)				415			415		415
Destinação do lucro líquido do exercício										
Constituição de reserva legal				261		(261)				
Retenção de lucros					4.909	(4.909)				
Total de contribuições e distribuições para acionistas				261	3.661	(5.170)		(1.248)	(220)	(1.468)
Em 31 de dezembro de 2019		28.656	10	1.032	10.123		1.948	41.769	5.138	46.907

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

	Nota	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais			Reapresentado
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		7.128	3.504
Prejuízo das operações descontinuadas		(37)	(183)
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa			
Depreciação, amortização e exaustão	31	3.067	2.455
Equivalência patrimonial	17 (c)	(919)	(1.118)
Juros, variações monetárias e cambiais		510	532
Reversão (provisão) de impairment de imobilizado, intangível e investimento	18, 19	714	(53)
Ganho líquido na venda de imobilizado e intangível	32	(8)	(42)
Ajuste a valor justo de empréstimos e financiamentos	21 (b)	22	(28)
Perda (ganho) líquida na venda de investimentos	32	52	(126)
Constituição de provisões		98	120
Instrumentos financeiros derivativos	6.1.1	152	(162)
Instrumentos financeiros - compromisso firme	16	195	132
Ganho líquido na venda de investimento - Fibria	32	(6.772)	
Ganho líquido com instrumento financeiro - put option	6.1.1 (b)	89	(71)
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	11 (c)	17	15
Realização de resultado abrangente na liquidação da Voto IV	29 (c)	(108)	
Deliberação dividendos intermediários Fibria			(820)
Ganho pelo ajuste a valor justo na desconsolidação da VTRM	32		(300)
Reconhecimento de crédito de PIS e COFINS sobre base de cálculo de ICMS	32	(747)	(498)
Ganho na renegociação de dívidas	33		(69)
		3.453	3.288
Decréscimo (acrécimo) em ativos			
Aplicações financeiras		(695)	638
Instrumentos financeiros derivativos		136	(92)
Contas a receber de clientes		333	(168)
Estoques		(207)	(293)
Tributos a recuperar		(494)	(262)
Partes relacionadas		42	(17)
Demais créditos e outros ativos		257	50
Acrécimo (decrécimo) em passivos			
Fornecedores		292	778
Salários e encargos sociais		(9)	(50)
Uso do bem público - UBP		(17)	(13)
Tributos a recolher		(51)	31
Demais obrigações e outros passivos		(502)	200
Caixa proveniente das atividades operacionais		2.538	4.090
Juros pagos sobre empréstimos e uso do bem público - UBP		(1.252)	(1.461)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(189)	(614)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		1.097	2.015

	Nota	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades de investimento			Reapresentado
Recebimento pela venda de imobilizado e intangível		132	177
Recebimento pela venda de investimentos		8.181	419
Recebimento de dividendos		546	1.085
Aquisição de imobilizado	18	(3.189)	(2.567)
Aumento de ativo biológico		(11)	(9)
Aquisição de investimentos	17	(156)	(125)
Aquisição de intangível	19	(59)	(115)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.287)	
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento		4.157	(1.135)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captações de recursos	21 (b)	4.323	3.639
Liquidação de empréstimos e financiamentos	21 (b)	(9.356)	(5.532)
Liquidação de contratos de arrendamento mercantil	22	(217)	
Instrumentos financeiros derivativos		(7)	(11)
Pagamento de dividendos		(1.639)	(850)
Pagamento de share premium Nexa Resources S.A.			(95)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(6.896)	(2.849)
Decréscimo em caixa e equivalentes de caixa		(1.642)	(1.969)
Efeito no caixa de empresas excluídas da consolidação			(109)
Efeito de oscilações nas taxas cambiais		162	860
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		7.742	8.960
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		6.262	7.742

	Nota	2019	2018
			Reapresentado (nota 2.3)
Receitas			
Vendas de produtos e serviços (menos devoluções e abatimentos de vendas)		35.271	35.493
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	11 (c)	(17)	(15)
Outras receitas operacionais, líquidas	32	6.706	543
		41.960	36.021
Insumos adquiridos de terceiros			
Matérias-primas e outros insumos de produção		(21.014)	(20.404)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(930)	(604)
Impairment de ágio, imobilizado, intangível e outros ativos	32	(714)	52
Valor adicionado bruto		19.302	15.065
Depreciação, amortização e exaustão	18, 19 e 20	(3.067)	(2.455)
Valor adicionado líquido produzido		16.235	12.610
Valor adicionado recebido em transferência			
Resultado de participações societárias	17 (c)	919	1.938
Receitas financeiras e variações cambiais ativas		1.748	5.204
		2.667	7.142
Valor adicionado total a distribuir		18.902	19.752
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal e encargos sociais			
Remuneração direta	31 (a)	2.787	2.951
Encargos sociais		1.066	1.040
Benefícios		647	709
		4.500	4.700
Impostos e contribuições			
Federais		3.200	2.276
Estaduais		2.332	2.220
Municipais		17	15
Diferidos		705	608
		6.254	5.119
Remuneração de capitais de terceiros			
Despesas financeiras e variações cambiais passivas		2.884	7.244
Aluguéis		339	379
		3.223	7.623
Remuneração de capitais próprios			
Participação de acionistas não controladores		(245)	208
Dividendos			1.265
Lucros retidos		5.207	1.090
Prejuízo das operações descontinuadas		(37)	(253)
		4.925	2.310
Valor adicionado distribuído		18.902	19.752

1 Considerações gerais

A Votorantim S.A. ("Companhia", "Controladora" ou "VSA"), é uma *holding* investidora de longo prazo, brasileira, de controle familiar, com sede na cidade de São Paulo e tem por objetivo administrar bens e empresas, podendo participar em outras companhias de qualquer natureza, no interesse de suas finalidades.

A Companhia, por meio de suas controladas e coligadas, atua nos segmentos de materiais de construção, metais e mineração, alumínio, energia, aços longos, agroindústria e finanças.

1.1 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2019

(a) Oferta de recompra e troca parcial de dívida pela Votorantim Cimentos International S.A. ("VCI")

Em 10 de janeiro de 2019, a controlada indireta VCI anunciou a oferta de recompra ("*tender offer*") dos seus títulos ("*bonds*") em euro, com vencimento em 2021 e 2022, e dos seus *bonds* em dólares americanos, com vencimento em 2041. Em 14 de fevereiro de 2019, a operação de recompra foi liquidada, sendo o montante de principal de R\$ 269 (EUR 61 milhões) da emissão com vencimento 2021, R\$ 672 (EUR 152 milhões) com vencimento em 2022 e R\$ 2,1 bilhões (USD 540 milhões) com vencimento em 2041, tendo em conjunto desembolso de caixa total de R\$ 3,3 bilhões.

De maneira concomitante à *tender offer*, a VCI anunciou a oferta de troca parcial ("*exchange offer*") dos seus *bonds* em dólares americanos e com vencimento em 2041, por uma nova emissão de *bonds* da sua controlada direta St. Mary's Inc. (Canadá), com vencimento em 2041 e cupom anual de 7,3%. Contudo, a transação não atingiu as condições mínimas estipuladas na oferta e não foi efetuada.

(b) Conclusão da combinação das operações e bases acionárias da Suzano Papel e Celulose S.A. ("Suzano") e da Fibria Celulose S.A ("Fibria")

Em 14 de janeiro de 2019, a Suzano e a Fibria (em conjunto, as "Companhias") vieram a público, conjuntamente, e em complementação às informações divulgadas anteriormente nos fatos relevantes e nos avisos aos acionistas, informar aos seus acionistas e ao mercado em geral que, naquela data se deu a consumação da reorganização societária objeto do compromisso de voto e assunção de obrigações celebrado em 15 de março de 2018, com a efetiva combinação das operações e bases acionárias das Companhias, nos termos do protocolo e justificação celebrado em 26 de julho de 2018 e aprovado pelos seus acionistas em assembleias realizadas no dia 13 de setembro de 2018.

Na data da efetivação da operação, a VSA registrou contabilmente ganho resultante da operação no montante de R\$ 6.772 reconhecido em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" (Nota 32), e manteve participação direta de 5,5% no capital da Suzano, que é considerada como instrumento financeiro e passou a ser avaliada ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes em conformidade com o CPC 48 – "Instrumentos Financeiros" (Nota 13).

(c) Companhia Energética de São Paulo ("CESP") - Resultados da oferta aos empregados

Em janeiro de 2019, conforme previsto no leilão de privatização, a controlada indireta VTRM Energia Participações S.A. ("VTRM") adquiriu ações adicionais da CESP referentes às ações remanescentes da oferta aos empregados, totalizando investimento no montante de R\$ 210. Após os resultados da oferta aos empregados, a VTRM passou a deter 40,0% de participação na CESP, equivalente a 93,52% das ações ordinárias com direito a voto.

(d) ICMS sobre a base de cálculo de PIS e COFINS

Durante o exercício de 2019, houve o reconhecimento do trânsito em julgado em ação judicial da controlada Votorantim Cimentos S.A. ("VCSA"), relativa a tese de exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS, de maneira que foi registrado no seu ativo crédito no montante de R\$ 401 (Nota 14), sendo R\$ 296 de principal (Nota 32) e R\$ 105 de atualização monetária acumulada (Nota 33). Adicionalmente, a VCSA procedeu o levantamento do depósito judicial que estava atrelado a outra ação judicial, cujo trânsito em julgado ocorreu no final de 2018, no montante de R\$ 346.

Durante o exercício de 2019, a controlada indireta Votorantim Cimentos N/NE S.A. (“VCNNE”) obteve o reconhecimento do trânsito em julgado de duas de suas ações relativa a tese de exclusão do ICMS sobre a base de cálculo de PIS e COFINS, de maneira que foi registrado no seu ativo créditos no montante de R\$ 312 (Nota 14), sendo R\$ 195 de principal (Nota 32) e R\$ 117 de atualização monetária (Nota 33) na data de registro inicial.

Durante o exercício de 2019, houve o reconhecimento do trânsito em julgado em ação judicial da Companhia Brasileira de Alumínio (“CBA”), relativa a tese de exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS, com registro do ativo no montante de R\$ 473 (Nota 14), sendo R\$ 256 de principal (Nota 32) e R\$ 217 de atualização monetária (Nota 33).

(e) Emissão, captação e amortização de dívida pela controlada indireta Itacamba Cimentos S.A. (“Itacamba”)

Em linha com a estratégia de gestão de passivos financeiros da controlada VCSA, buscando alongar o perfil de endividamento e reduzir o custo médio de suas dívidas, em 4 de abril de 2019, a controlada indireta Itacamba realizou sua 1ª emissão de título de dívida no mercado de capitais boliviano no montante de R\$ 65 (BOB 116 milhões), com vencimento em 2025 e juros fixos de 4,75% ao ano.

Em 23 de abril de 2019, a Itacamba realizou a sua 2ª emissão de dívida no mercado de capitais boliviano, no montante de R\$ 241 (BOB 419 milhões), com vencimento em 2029 e juros fixos de 5,55% ao ano.

Os recursos captados nas operações descritas acima foram utilizados para liquidar parcialmente, de forma antecipada, o empréstimo sindicalizado no montante de R\$306 (BOB 534 milhões) com vencimento em 2025 e juros fixos de 6,00% ao ano.

Em 31 de maio de 2019, a controlada indireta Itacamba firmou um contrato de empréstimo bilateral no montante total de R\$ 140 (BOB 244 milhões), com vencimento em 2027 e juros fixos de 5,55% ao ano. Os recursos obtidos com esta operação foram destinados ao pré-pagamento do contrato de empréstimo sindicalizado no montante de R\$ 151 (BOB 262 milhões), com juros fixos de 6,00 % ao ano e vencimento em 2025.

(f) CESP – Oferta Pública de Aquisição de Ações (“OPA”)

Em 24 de maio de 2019, em virtude da aquisição do controle da CESP pela investida indireta VTRM, foi realizado na B3 o leilão da OPA, no âmbito do qual, em conformidade com os termos, condições e procedimentos previstos no instrumento da OPA, a VTRM adquiriu 1 (uma) ação ordinária (“ON”), ao preço de R\$ 11,28, e 31 (trinta e uma) ações preferenciais classe B (“PNB”), ao preço de R\$ 14,32.

A VTRM passou a deter, direta e indiretamente, 102.091.755 ações ON, representativas de aproximadamente 93,52% do total de ações ON e 28.928.300 ações PNB, representativas de aproximadamente 13,72% do total de ações PNB.

(g) Venda das operações na Índia e liquidação antecipada de dívidas

Em 16 de abril de 2019, foi concluída a venda da participação total de 75%, sendo 73,4% da Votorantim Cimentos EAA Inversiones, S.L. (“VCEAA”) e 1,6% da VCSA, na investida indireta Shree Digvijay Cement Company Ltda., empresa de capital aberto na Índia, pelo preço médio de INR 15,55 por ação. Em 30 de abril de 2019, foi recebido montante de R\$ 89 (EUR 20 milhões), referente a liquidação das contraprestações acordadas na operação de venda.

A venda dos negócios da controlada VCSA e suas subsidiárias na Índia está alinhada com o objetivo da Administração de deixar mercados não-prioritários e focar em regiões em que têm o maior potencial para competir e expandir seus negócios atuais.

Com os recursos provenientes desta operação, em 8 de maio de 2019, a controlada VCEAA liquidou de forma antecipada a totalidade de um empréstimo bilateral firmado em 27 de junho de 2016, no montante de R\$ 132 (EUR 30 milhões) com vencimento em 2021, e custo fixo de 2,30 % ao ano.

(h) Recebimento de dividendos pela Companhia da investida Suzano

Em 18 de abril de 2019, a investida Suzano comunicou aos seus acionistas o pagamento dos dividendos aprovados na Assembleia Geral Ordinária, no montante total de R\$ 600, tendo efetivado o pagamento à Companhia no montante de R\$ 33, no dia 30 de abril de 2019, proporcional à sua posição acionária da data desta assembleia, sendo o valor por ação equivalente a R\$ 0,44.

(i) Financiamento à exportação

Em abril e maio de 2019, a controlada CBA firmou contratos de empréstimo (NCE – Nota de Crédito à Exportação) visando o financiamento de suas exportações no montante total de R\$ 1.085 com vencimento final em abril e maio de 2027, respectivamente.

As operações possuem contratos de *swap* atrelados (instrumento financeiro derivativo), que visam a troca de exposição à taxa flutuante CDI em reais para taxa pré-fixada em dólares americanos, resultando em custo médio ponderado de 5,00% ao ano. Esses *swaps* foram contratados em conjunto com os financiamentos e com a mesma instituição financeira.

(j) Oferta de recompra de *bonds*

Em abril de 2019, a controlada CBA anunciou a oferta de recompra (*tender offer*) dos seus títulos (*bonds*) com vencimento em 2024. A liquidação no montante de R\$ 1.007 (USD 256 milhões) ocorreu no dia 10 de maio de 2019.

(k) Pré-pagamentos de debêntures VSA

Em 31 de julho de 2019, a Companhia efetuou o resgate antecipado da 4ª emissão de debêntures com vencimento em 27 de julho de 2024. O montante do principal amortizado totalizou R\$ 550.

(l) Contratação de linha de crédito rotativo (*Committed Credit Facility*) pelas controladas indiretas VCI, VCEAA e St Mary's

Em 1º de agosto de 2019, em substituição a linha de crédito rotativa contratada em outubro de 2015, no montante de USD 230 milhões e com vencimento em outubro de 2020, as controladas VCI, VCEAA e St. Marys junto a suas subsidiárias, contrataram nova linha de crédito rotativo no montante de USD 290 milhões com vencimento em agosto de 2024, junto a um sindicato de bancos. Esta é uma das primeiras linhas de crédito da indústria cimenteira com condições de sustentabilidade atrelada.

(m) Captação de empréstimo nos termos da Lei 4.131/1962 pela controlada indireta VCNNE

Em 11 de setembro de 2019, a controlada indireta VCNNE firmou contrato de empréstimo nos termos da Lei 4.131/1962 no montante de R\$ 305 (USD 75 milhões) com vencimento em 13 de setembro de 2024, sendo que a liberação deste empréstimo ocorreu em 13 de setembro de 2019.

A operação possui contrato de *swap* (instrumento financeiro derivativo) que visa tanto a troca de exposição à taxa flutuante LIBOR para taxa flutuante CDI, como troca de moeda dólar para real, resultando no custo final de 107,00% a.a. do CDI. Este *swap* foi contratado em conjunto com a mesma instituição financeira do empréstimo (dívida em dólar + *swap* para real em % do CDI).

A Votorantim Cimentos utilizou os recursos oriundos desta captação para liquidar de forma antecipada dois empréstimos bilaterais de maior custo e menor prazo, no montante total de R\$ 334, alinhada com a sua estratégia de gestão de passivos. Do montante total amortizado, o valor de R\$ 141 está relacionado a um empréstimo da controlada VCNNE e R\$ 193 (EUR 42,5 milhões) refere-se a um empréstimo da controlada VCEAA.

(n) Reconhecimento de perda por *impairment*

A controlada Nexa Resources S.A. (“Nexa”), ao realizar a avaliação dos indicadores de redução ao valor recuperável em conformidade com as disposições de suas demonstrações financeiras anuais, identificou os seguintes indicadores de *impairment* para o exercício findo em 2019: (i) os preços médios de curto prazo da LME caíram em comparação com o ano anterior, (ii) redução na vida útil da mina de algumas de suas operações como resultado de novas pesquisas exploratórias de perfuração; (iii) o valor contábil dos ativos líquidos da controlada está acima do seu valor de mercado.

A Administração da controlada considerou que a combinação desses indicadores poderia indicar um impacto material no valor recuperável das unidades geradoras de caixa (“UGCs”). Portanto, foi realizada uma estimativa de todo o valor recuperável das UGCs. A combinação dos indicadores de *impairment* somada a estimativa de valor recuperável de suas UGCs foram fatores determinantes para o reconhecimento da perda de R\$ 564 (USD 142 milhões).

(o) Linha de crédito rotativo

Em 25 de outubro de 2019, a controlada Nexa firmou contrato de linha de crédito rotativo com grupo de bancos no valor de USD 300 milhões, prazo de 5 anos e custo de LIBOR 3M + 1,0% ao ano no levantamento de fundos. Esse contrato permite que a Nexa use os recursos a qualquer momento para atender às suas necessidades de fluxo de caixa.

(p) Nota de crédito à exportação

Em 23 de outubro de 2019, para atender às necessidades de caixa de curto prazo da controlada indireta Nexa Brasil, a controlada Nexa firmou um contrato de Nota de Crédito à Exportação no valor principal de R\$ 366 (USD 90 milhões) e custo de LIBOR 3M + 1,5% ao ano, com vencimento em 5 anos. Simultaneamente, a controlada contratou um *swap* para trocar o índice de juros pela taxa CDI + 1,30% ao ano, bem como a moeda dos pagamentos do serviço da dívida de dólar para real. A controlada contabilizará a Nota de Crédito à Exportação na opção de valor justo para eliminar o descasamento contábil que surgiria se o custo amortizado fosse usado.

(q) Remensuração do ARO (*Asset Retirement Obligation*)

A controlada CBA realizou, em dezembro de 2019, atualização de suas obrigações ambientais para desmobilização de ativos, no montante de R\$ 4 para as unidades de Alumínio e R\$167 para as unidades de Níquel. A controlada provisionou *impairment* para as unidades que estão com paralisação de suas operações, Itamarati de Minas, São Miguel Paulista e Niquelândia, no valor de R\$ 171.

A controlada VCSA atualizou suas obrigações ambientais para desmobilização de ativos no montante de R\$ 87.

(r) Alocação do preço de compra da CESP

Em dezembro de 2019, foi concluída a alocação do preço de compra da CESP, pela controlada indireta VTRM. Consequentemente os saldos de Investimento, Patrimônio líquido e Equivalência patrimonial, sofreram alterações nos valores anteriormente apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018, conforme detalhado na nota 2.3.

2 Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas

2.1 Base de apresentação

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, vigentes em 31 de dezembro de 2019, o que inclui os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)) e interpretações “IFRIC” e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Companhia divulga espontaneamente sua demonstração consolidada do valor adicionado, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para as companhias abertas e é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras. Pelas normas internacionais, esta demonstração é apresentada como informação adicional, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

(b) Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão destas demonstrações financeiras consolidadas foi aprovada pelo Conselho de Administração em 3 de março de 2020.

2.2 Consolidação

(a) Controladas

As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia.

Saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas da Companhia são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. Na aquisição, as políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas separadamente das demonstrações financeiras individuais, com emissão em 5 de março de 2020.

(b) Transações com participações de não controladores

A Companhia trata as transações com não controladores como transações com proprietários de ativos da Companhia. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas decorrentes de alienações de participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta “Retenção de lucros”.

(c) Perda de controle em controladas

Quando a Companhia deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado.

(d) Coligadas e empreendimentos controlados em conjunto

As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais da Companhia. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados nas demonstrações financeiras.

Os investimentos em coligadas e *joint ventures* são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

O investimento da Companhia em coligadas e *joint ventures* inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda acumulada por *impairment*.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas e *joint ventures*, são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.3 Reapresentação de cifras comparativas

									2018
Ativo	Conforme originalmente apresentado	Reclassificação Fundo Odessa (i)	Reclassificação ARO (ii)	Reclassificação risco sacado Acerías Paz del Rio (iii)	Ajuste IAS 29 e variação cambial (iv)	Mais valia de ativos St. Mary's (v)	Alocação do preço de compra CESP (vi)	Saldo reapresentado	
Circulante									
Caixa e equivalentes de caixa	7.667	75						7.742	
Aplicações financeiras	3.390	(75)						3.315	
Não circulante									
Investimentos	10.882				124		304	11.310	
Imobilizado	26.180		33					26.213	
Intangível	13.341		(33)			184		13.492	
									2018
Passivo	Conforme originalmente apresentado	Reclassificação Fundo Odessa (i)	Reclassificação ARO (ii)	Reclassificação risco sacado Acerías Paz del Rio (iii)	Ajuste IAS 29 e variação cambial (iv)	Mais valia de ativos St. Mary's (v)	Alocação do preço de compra CESP (vi)	Saldo reapresentado	
Circulante									
Risco sacado a pagar	1.187			125				1.312	
Fornecedores	4.262			(125)				4.137	
Não circulante									
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.199					47	(52)	2.194	
Patrimônio líquido									
Reserva de lucros	7.088				(295)	94	356	7.243	
Ajustes de avaliação patrimonial	1.475				419	43		1.937	

(i) Reclassificação Fundo Odessa

A controlada CBA efetuou a classificação do Fundo Odessa para caixa e equivalente de caixa, conforme característica do produto financeiro e aderência à norma vigente

(ii) Reclassificação ARO (*Asset Retirement Obligation*)

A controlada CBA efetuou a classificação do ARO de intangível para imobilizado, conforme característica do ativo e aderência à norma vigente.

(iii) Reclassificação risco sacado Acerías Paz del Rio

O período comparativo do balanço patrimonial das cifras de fornecedores e risco sacado sofreu alteração por reclassificação na controlada indireta Acerías Paz del Rio S.A.

(iv) Ajustes IAS 29 e variação cambial

A partir de 01 de julho de 2018, a investida Cementos Avellaneda S.A. ("Avellaneda"), sediada na Argentina, teve sua economia considerada oficialmente como hiperinflacionária para fins contábeis e a aplicação do IAS 29 / CPC 42 - Contabilidade em economia hiperinflacionária passou a ser requerida. Com a aplicação da referida norma contábil, a controlada VCSA registrou o efeito da desvalorização da moeda funcional de sua investida.

O investimento na Avellaneda apresenta um ágio por expectativa de rentabilidade futura, no montante de 544 milhões de pesos argentinos, para o qual a controlada não considerou no cálculo do ajuste da economia hiperinflacionária quando da adoção do IAS 29 / CPC 42, bem como não considerou a conversão do montante original do ágio de pesos para reais. Considerando que este é um ativo não monetário em moeda hiperinflacionária, relacionado a expectativa de rentabilidade futura sobre um investimento por equivalência patrimonial, para o qual o grupo aplicou as premissas do IAS 29; é adequado que, por consistência, o mesmo seja atualizado em conjunto com o investimento correspondente, para que a expectativa de rentabilidade futura esteja alinhada com os fluxos de caixa futuros a serem gerados pelo negócio, no que tange aos impactos da inflação. Dessa forma, a Companhia realizou a correção do ágio de forma retrospectiva, conforme prevê o pronunciamento

técnico IAS 8 / CPC 23 – Políticas contábeis, mudanças de estimativas e retificação de erro. Como resultado desse processo, o saldo do ágio apresentado no grupo de “Investimentos” foi atualizado pelo montante líquido de R\$ 124, sendo R\$ 174 decorrente do efeito positivo da inflação e R\$ (50) decorrente da variação cambial passiva das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2018. Adicionalmente, a Companhia e sua controlada VCSA reavaliaram a classificação dos efeitos de aplicação do IAS 29 / CPC 42 - Contabilidade em economia hiperinflacionária em relação às últimas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018, e concluíram que tais efeitos devem ser apresentados como “Ajuste de avaliação patrimonial”. Em decorrência desse entendimento, os montantes foram reapresentados de “Lucros acumulados” para “Ajuste de avaliação patrimonial”, nas Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido e nas notas explicativas correlatas.

(v) Mais valia de ativos St. Mary's

A controlada VCSA realizou a revisão dos saldos referentes a combinação de negócios que originaram os primeiros investimentos de controle em entidades na América do Norte. Como consequência dessa revisão foi identificado que, quando da contabilização dos resultados do Purchase Price Allocation (“PPA”), foram alocados montantes de mais valia nos ativos adquiridos decorrente de sua mensuração pelo valor justo, sem que houvesse a contabilização do imposto de renda diferido passivo correspondente. O reconhecimento do imposto de renda diferido passivo está previsto no “IAS 12 / CPC 32 – Tributos sobre o lucro”, quando a mensuração dos ativos adquiridos pelo seu valor justo gera diferenças temporárias entre as bases fiscais e os saldos contábeis. Conforme a norma, o imposto de renda diferido passivo resultante da diferença temporária deveria ter afetado o ágio por expectativa de rentabilidade futura mensurado na data da aquisição.

Dessa forma, a controlada realizou o reconhecimento do imposto em questão e a correção do ágio por expectativa de rentabilidade futura de forma retrospectiva.

(vi) Alocação do preço de compra CESP

De acordo com o CPC 15 (R1) – “Combinação de negócios”, em caso de compra vantajosa o adquirente deve reconhecer o ganho resultante, na demonstração de resultado do exercício, na data da aquisição. Antes de reconhecer o ganho decorrente de compra vantajosa, o adquirente deve promover revisão para certificar de que todos os ativos adquiridos e passivos assumidos foram corretamente identificados e reconhecer os mesmos durante a revisão. O adquirente deve ainda rever os procedimentos utilizados para mensurar os valores a serem reconhecidos na data da aquisição.

Em dezembro de 2019 foi concluída a alocação do preço de aquisição referente a compra da CESP pela VTRM. Logo, o saldo registrado em 2018, à título de “Parcela não alocada”, foi ponderado dos efeitos de mais e menos valia de ativos e passivos e gerou um ganho por compra vantajosa, reconhecido na data da aquisição. Consequentemente os saldos patrimoniais e de resultado sofreram alterações nos valores anteriormente apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

2018

	Conforme originalmente apresentado	Efeito da reclassificação da USZinc (vii)	Reclassificação Acerbrag (viii)	Alocação do preço de compra da CESP (vi)	Reapresentado
Operações continuadas					
Receita líquida dos produtos vendidos e dos serviços prestados	31.948	(1.017)			30.931
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(25.909)	929	(49)		(25.029)
Lucro (prejuízo) bruto	6.039	(88)	(49)		5.902
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas	(775)	20			(755)
Gerais e administrativas	(2.173)	36			(2.137)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	550	(7)	49		592
	(2.398)	49	49		(2.300)
Lucro (prejuízo) operacional antes das participações societárias e do resultado	3.641	(39)			3.602
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial	814			304	1.118
Dividendos recebidos	820				820
Realização dos resultados abrangentes na alienação de investimentos	4				4
	1.638			304	1.942
Resultado financeiro líquido					
Receitas financeiras	1.261		(4)		1.257
Despesas financeiras	(2.531)	2			(2.529)
Resultado dos instrumentos financeiros derivativos	204		4		208
Variações cambiais, líquidas	(977)	1			(976)
	(2.043)	3			(2.040)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	3.236	(36)		304	3.504
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	(456)	1			(455)
Diferidos	(608)			52	(556)
Lucro (prejuízo) das operações continuadas	2.172	(35)		356	2.493
Operações descontinuadas					
Lucro (prejuízo) das operações descontinuadas	(218)	35			(183)
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas	1.954	35			2.310
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	1.746			356	2.102
Lucro líquido atribuível aos acionistas não controladores	208				208
Lucro líquido do exercício	1.954			356	2.310
Quantidade média ponderada de ações - milhares (controladores)	18.278.789				18.278.789
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações, em reais	95,52				115,00
Das operações continuadas					
Lucro líquido (prejuízo) básico e diluído por lote de mil ações, em reais	107,45				125,01
Das operações descontinuadas					
Lucro líquido (prejuízo) básico e diluído por lote de mil ações, em reais	(11,93)				(10,01)

(vii) Efeito da reclassificação da USZinc

De acordo com a IFRS 5 / CPC 31 – “Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada”, a controlada FinCo GmbH reclassificou o investimento na USZinc, de operações continuadas para operações descontinuadas.

(viii) Reclassificação Acerbrag

O período comparativo da demonstração do resultado do exercício sofreu alteração pela correção na alocação de gastos com combustíveis da controlada Acerbrag.

2.4 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real ("R\$").

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas em reais. Quando os itens são remensurados, são utilizadas as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do fim do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando reconhecidos no patrimônio como operações qualificadas de *hedge* de investimento líquido.

(c) Empresas controladas com moeda funcional diferente da Companhia

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades da Companhia, cuja moeda funcional difere da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- (i) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço;
- (ii) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas médias de câmbio do período;
- (iii) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "Ajuste de avaliação patrimonial".

Os valores apresentados no fluxo de caixa são extraídos das movimentações convertidas dos ativos, passivos e resultado, conforme detalhado anteriormente.

Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido em operações no exterior e de empréstimos e outros instrumentos de moeda designados como *hedge* desses investimentos são reconhecidos no patrimônio líquido. Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio são reconhecidas na demonstração do resultado como parte de ganho ou perda sobre a venda.

O investimento e o ágio, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior, são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

A seguir, descrevemos as moedas funcionais definidas para as controladas relevantes no exterior:

Empresas	País	Moeda funcional	Atividade principal
Acerbrag S.A.	Argentina	Peso argentino	Siderurgia
St. Marys Cement Inc. - "St. Mary's"	Canadá	Dólar canadense	Cimento
Acerías Paz del Río S.A.	Colômbia	Peso colombiano	Siderurgia
Votorantim Cimentos EAA Inversiones, S.L. - "VCEAA"	Espanha	Euro	Cimento
Nexa Resources Cajamarquilla S.A.	Peru	Dólar norte-americano	Zinco
Nexa Resources Perú S.A.A.	Peru	Dólar norte-americano	Mineração
Nexa Resources S.A.	Luxemburgo	Dólar norte-americano	Holding
Votorantim Cimentos International S.A. - "VCI"	Luxemburgo	Dólar norte-americano	Holding
Votorantim FinCO GmbH	Luxemburgo	Dólar norte-americano	Trading

3 Mudanças nas práticas contábeis e divulgações

3.1 Transição de normas

3.1.1 IFRS 16 / CPC 06 (R2) – “Arrendamento”

O IFRS 16 estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação para contratos de arrendamentos. A norma introduz para os arrendatários um modelo único de contabilização no balanço patrimonial, onde estes são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos e o direito de uso do ativo arrendado. A natureza da despesa relacionada a estes arrendamentos foi alterada, deixando de ser uma despesa linear de arrendamento operacional e passando a representar uma despesa de amortização do direito de uso e despesa de juros pela atualização do passivo de arrendamento.

Essa norma internacional altera as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) – “Operações de Arrendamento” e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) – “Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento”.

(a) Escopo da análise e identificação dos ativos

A Companhia e suas controladas analisaram todos os contratos de arrendamento ativos na data de adoção inicial da norma, quando foram identificados arrendamentos de máquinas e equipamentos, veículos leves e pesados, embarcações, imóveis e terrenos.

Conforme permitido pela norma, foram desconsiderados do escopo da análise: (i) arrendamentos de curto prazo (inferiores a 12 meses); e (ii) arrendamentos com valores inferiores a USD 5 mil (R\$ 20 mil).

Quando da identificação dos ativos de direito de uso dentro do escopo de contratos identificados, também foram desconsiderados: (i) contratos com pagamentos variáveis; (ii) contratos em que o ativo de arrendamento foi considerado como não identificável; (iii) contratos em que a Companhia e suas controladas não tem direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos provenientes do uso do ativo; e (iv) contratos em que a Companhia e suas controladas não tem o controle substancial sobre a definição do uso do ativo.

Importante destacar que a Companhia e suas controladas não identificaram: (i) contratos que apresentam pagamentos fixos e variáveis na mesma negociação; (ii) contratos que tratem de ativos identificáveis e não identificáveis na mesma negociação; ou (iii) contratos de prestação de serviços em que foram identificados ativos dentro do escopo da norma.

(b) Prazo de arrendamento

A Companhia e suas controladas analisaram para todos os contratos o prazo de arrendamento conforme a combinação de prazo não cancelável, prazo coberto pela opção de prorrogação, prazo coberto pela opção de rescisão e, principalmente, a intenção da Administração quanto ao prazo de permanência em cada contrato.

(c) Taxa de desconto

Para fins de adoção inicial, a Companhia e suas controladas adotaram o custo médio das dívidas ativas em 31 de dezembro de 2018, variando de 5% a 7,07%, para todos os contratos classificados de acordo com o IFRS 16.

Para os novos contratos, renovações e aditamentos será identificada a taxa incremental para cada contrato de arrendamento. A taxa incremental deverá refletir o custo de aquisição pela Companhia e por suas controladas de dívida com características similares a aquelas determinadas pelo contrato de arrendamento, no que tange a prazo, valor, garantia e ambiente econômico.

(d) Impactos da adoção

A Companhia e suas controladas adotaram o IFRS 16 em 1º de janeiro de 2019, conforme a abordagem simplificada de efeito cumulativo em que os ativos e passivos são registrados com mesmo valor no momento inicial sem qualquer efeito no patrimônio líquido, registrando um impacto no montante de R\$ 666 referente aos ativos de direito de uso e de passivos com contratos de arrendamento.

3.1.2 IFRIC 23 / ICPC 22 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

A interpretação técnica ICPC 22 esclarece como devem ser aplicados os requisitos de reconhecimento e mensuração previstos no CPC 32, que trata de tributos sobre o lucro, quando existe incerteza relativa ao tratamento desses tributos.

(i) Impactos na adoção

A Companhia e suas controladas aderiram à norma a partir do início de sua vigência em 1º de janeiro de 2019. Com base no entendimento da Administração, não há impacto material na contabilização decorrente de posições incertas relativas a tributos sobre o lucro em razão da adoção deste novo pronunciamento contábil.

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente revisados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas contábeis podem não se igualar aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão descritas nas respectivas notas explicativas abaixo:

- (i) Instrumentos financeiros e derivativos (Nota 6.1.1);
- (ii) Contas a receber de clientes (Nota 11);
- (iii) Imobilizado (Nota 18);
- (iv) Intangível (Nota 19);
- (v) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos (Nota 24);
- (vi) Provisões (Nota 25);
- (vii) Benefícios de plano de pensão e saúde pós-emprego (Nota 28).

5 Gestão de risco socioambiental

A Companhia, por meio de suas controladas e coligadas, atua em diversos segmentos e dessa forma, suas atividades estão sujeitas a inúmeras leis ambientais nacionais e internacionais, regulamentos, tratados e convenções, incluindo aqueles que regulam a descarga de materiais para o ambiente, que obrigam à remoção e limpeza de contaminação do ambiente, ou relativas à proteção ambiental. As violações à regulamentação ambiental existente expõem os infratores a multas e sanções pecuniárias substanciais e poderão exigir medidas técnicas ou investimentos de forma a assegurar o cumprimento dos limites obrigatórios de emissão.

A Companhia e suas controladas realizam periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para investigação, tratamento e limpeza das localidades potencialmente impactadas.

A Companhia e suas controladas entendem estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis nos países nos quais conduzem operações.

6 Gestão de risco financeiro

6.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e de suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros, a saber: (a) risco de mercado (moeda, preços de *commodities* e taxa de juros); (b) risco de crédito; e (c) risco de liquidez.

Parte significativa dos produtos vendidos pela Companhia e suas controladas, tais como alumínio e zinco, são *commodities*, cujos preços têm referência nas cotações internacionais e são denominados em dólares norte-americanos. Os custos, porém, são predominantemente denominados em moeda local, resultando em um descasamento de moedas entre receitas e custos. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas possuem dívidas atreladas a indexadores e moedas distintos, que podem afetar seu fluxo de caixa.

Para atenuar os efeitos diversos de cada fator de risco de mercado, as controladas que não possuem políticas financeiras próprias, seguem a Política Financeira da VSA, aprovada pelo Conselho de Administração, com o objetivo de estabelecer a governança e suas macro diretrizes no processo de gestão de riscos financeiros, assim como indicadores de mensuração e acompanhamento.

O processo de gestão de riscos financeiros objetiva a proteção do fluxo de caixa e de seus componentes operacionais (receitas e custos) e financeiros (ativos e passivos financeiros) contra eventos adversos de mercado, tais como oscilações de preços de moedas, de taxas de juros e de preços de *commodities*, e contra eventos adversos de crédito. Adicionalmente, objetiva a preservação da liquidez.

Os instrumentos financeiros que podem ser contratados para proteção e gestão de riscos financeiros são: *swaps* convencionais, opções de compra (*calls*), opções de venda (*puts*), *collars*, contratos futuros de moedas, juros ou *commodities* e contratos a termo de moedas (NDF – *Non-Deliverable Forward*). As estratégias que contemplem compras e vendas de opções simultaneamente somente serão autorizadas quando não resultarem em posição líquida vendida em volatilidade do ativo-objeto. A Companhia e suas controladas não contratam instrumentos financeiros para fins especulativos.

(a) **Risco de mercado**

(i) **Risco cambial**

A Companhia e suas controladas possuem certos investimentos em operações no exterior, cujos ativos líquidos estão expostos ao risco cambial. A exposição cambial decorrente da participação da Companhia e de suas controladas em operações no exterior é protegida, principalmente, por meio de empréstimos e financiamentos na mesma moeda desses investimentos, sendo classificados como *hedge* de investimento líquido.

Apresentamos a seguir os saldos contábeis de ativos e passivos indexados à moeda estrangeira na data de encerramento dos balanços patrimoniais:

	Nota	2019	Reapresentado 2018
Ativos em moeda estrangeira			
Caixa e equivalentes de caixa	9	5.125	6.316
Aplicações financeiras	10	96	62
Contas a receber de clientes		1.178	1.329
Instrumentos financeiros derivativos	6.1.1	234	472
Partes relacionadas		82	54
		6.715	8.233
Passivos em moeda estrangeira			
Empréstimos e financiamentos (i)		15.172	20.668
Arrendamento mercantil		567	
Instrumentos financeiros derivativos	6.1.1	155	244
Fornecedores		2.227	2.517
Risco sacado a pagar	23	1.159	963
Receita diferida - <i>streaming</i> de prata		727	774
		20.007	25.166
Exposição líquida		(13.292)	(16.933)

(i) Não considera os custos de captação.

(ii) **Hedge de investimentos em entidades no exterior**

Política contábil

Hedge de investimento líquido em operações no exterior é contabilizado por similaridade ao *hedge* de fluxo de caixa.

Qualquer ganho ou perda do instrumento de *hedge* relacionado com a parcela efetiva do *hedge* é reconhecido no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido no resultado. Ganhos e perdas acumulados no patrimônio líquido são incluídos no resultado do período, quando o investimento no exterior for realizado ou vendido.

Foram designados como objeto de *hedge* os investimentos apresentados na tabela a seguir e como instrumento de *hedge* a parcela da dívida da Companhia e de suas controladas Companhia Brasileira de Alumínio, Nexa Recursos Minerais S.A., VCI e St. Marys Cement Inc., denominadas em euros e em dólares.

2019

Investimento (objeto)		Dívida atrelada (instrumento)	
Nexa Resources Cajamarquilla S.A.	1.616	Votorantim S.A.	968
		Companhia Brasileira de Alumínio	580
St. Marys Cement Inc.	2.015	St. Marys Cement Inc.	2.015
Votorantim Cimentos EAA Inversiones, S.L.	1.581	Votorantim Cimentos Internacional S.A.	1.581
	5.212		5.144

2018

Investimento (objeto)		Dívida atrelada (instrumento)	
Nexa Resources Cajamarquilla S.A.	3.437	Votorantim S.A.	1.731
		Nexa Recursos Minerais S.A.	23
		Companhia Brasileira de Alumínio	1.556
		St. Marys Cement Inc.	1.937
Votorantim Cimentos S.A.	1.646	Votorantim Cimentos EAA Inversiones, S.L.	1.644
	5.083		6.891

A Companhia e suas controladas documentam e avaliam mensalmente a efetividade das operações de *hedge* de investimento prospectivamente, conforme requerido pela IFRS 9 – “Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração”.

O ganho com variação cambial na conversão das dívidas, líquida de imposto de renda e contribuição social, reconhecida como “Ajustes de avaliação patrimonial” em 31 de dezembro de 2019, foi no montante de R\$ 92 (31 de dezembro de 2018, perda no montante R\$ 931) (Nota 29 (c)).

(iii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros é oriundo das oscilações de cada um dos principais indexadores de taxas de juros provenientes de transações de empréstimos e financiamentos, e de aplicações financeiras, as quais impactam os pagamentos e recebimentos da Companhia e de suas controladas. Os empréstimos e financiamentos emitidos a taxas fixas expõem a Companhia e suas controladas ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

(iv) Risco do preço de commodities

A Política Financeira das subsidiárias operacionais da Companhia estabelece diretrizes para a proteção contra oscilações de preços de *commodities* que afetam os fluxos de caixa de suas subsidiárias operacionais.

As exposições de cada *commodity* consideram as projeções mensais de produção, de compras de insumos e os fluxos de vencimentos dos *hedges* a ela associados. Os *hedges* executados são classificados nas seguintes modalidades:

Operações comerciais a preço fixo - operações de *hedge* que trocam de fixo para flutuante o preço contratado nas operações comerciais com clientes interessados em comprar produtos a preço fixo;

Hedge para “Período cotacional” - tem por objetivo equalizar os “períodos cotacionais” entre as compras de determinados insumos (concentrado de metais) e as vendas de produtos provenientes do beneficiamento desses insumos;

Hedge para “Custos de insumos” - tem por objetivo garantir a proteção contra oscilações de preços para exposições que afetem custos como petróleo e gás natural nas subsidiárias operacionais;

Hedge de “Margem operacional” - visa a garantir a fixação da margem operacional para parte da produção de determinadas subsidiárias operacionais.

(b) Risco de crédito

Os instrumentos financeiros derivativos e as aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição a risco de crédito de contrapartes e emissores. A Companhia e suas controladas tem como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação de duas das seguintes agências de *rating*: Fitch Ratings, Moody's ou Standard & Poor's. O *rating* mínimo exigido para as contrapartes é "A" (em escala local) ou "BBB-" (em escala global), ou equivalente. Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, são aplicados, como alternativa, critérios aprovados pelo Conselho de Administração.

A qualidade de crédito dos ativos financeiros está descrita na Nota 8. Os *ratings* divulgados nesta nota, sempre são os mais conservadores das agências mencionadas.

A metodologia utilizada para avaliar os riscos de contraparte nas operações de instrumentos derivativos é o risco de pré-liquidação (*pre-settlement risk*). Tal metodologia consiste na determinação, por meio de simulações de "Monte Carlo", do valor em risco associado ao não cumprimento dos compromissos financeiros definidos em contrato para cada contraparte. A utilização da metodologia está descrita na Política Financeira da VSA.

(c) Risco de liquidez

A tabela a seguir demonstra os principais passivos financeiros da Companhia e de suas controladas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados, esses valores podem não ser conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial.

	Nota	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	A partir de 10 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2019							
Empréstimos e financiamentos (i)		1.362	5.506	6.918	9.126	4.544	27.456
Arrendamento		229	288	177	119	28	841
Instrumentos financeiros derivativos		69	117	51	213	2	452
Risco sacado a pagar	23	1.415					1.415
Fornecedores		4.429					4.429
Dividendos a pagar	15	120					120
Partes relacionadas	15	50					50
Uso do bem público - UBP		88	152	254	732	1.233	2.459
		7.762	6.063	7.400	10.190	5.807	37.222
Em 31 de dezembro de 2018 (Reapresentado)							
Empréstimos e financiamentos (i)		6.176	5.625	7.243	9.335	4.420	32.799
Instrumentos financeiros derivativos		144	69	31			244
Risco sacado a pagar	23	1.312					1.312
Fornecedores		4.137					4.137
Dividendos a pagar	15	482					482
Partes relacionadas	15	12	124				136
Uso do bem público - UBP		83	159	306	635	1.356	2.539
		12.346	5.977	7.580	9.970	5.776	41.649

(i) Não considera ajuste a valor justo.

6.1.1 Instrumentos financeiros derivativos

Política Contábil

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data de sua contratação e são subsequentemente remensurados ao seu valor justo.

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia e suas controladas usam seu julgamento para escolher entre diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge* nos casos de adoção da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*. A Companhia e suas controladas adotam a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e designa certos derivativos como:

(i) *Hedge* de fluxo de caixa

Com o objetivo de garantir a fixação de margem operacional em reais para parte da produção das empresas que integram as operações de polimetálicos e alumínio, as empresas controladas contratam instrumentos financeiros derivativos para efetuar a venda a termo de cada *commodity* em conjunto com a venda a termo de dólar norte-americano. Há também o *hedge* de período cotacional, no qual se busca equalizar os períodos entre compra de concentrado e venda do produto final das plantas não integradas, de modo a mitigar as exposições.

A parcela efetiva das variações no valor justo dos derivativos designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa, é reconhecida no patrimônio líquido em rubrica de "Ajuste de avaliação patrimonial". Ganhos ou perdas relacionadas à parcela não efetiva são imediatamente reconhecidos no resultado do período. Os valores acumulados no patrimônio líquido são levados ao resultado nos períodos em que se realizam as referidas exportações e/ou vendas referenciadas em preço LME (*London Metal Exchange*).

(ii) *Hedge* de valor justo

Com o objetivo de manter o fluxo de receitas operacionais, referenciado em preço LME, as empresas que integram as operações de polimetálicos e alumínio contratam operações de *hedge* nas quais trocam de fixo para flutuante, o preço definido nas transações comerciais com clientes interessados em comprar produtos a preço fixo. As variações no valor justo dos derivativos designados são reconhecidas no resultado do exercício.

(a) Efeito dos derivativos financeiros no balanço patrimonial, fluxo de caixa e resultado

A seguir são apresentados os instrumentos financeiros derivativos e os objetos protegidos pelos mesmos:

Detalhamento dos principais programas de derivativos

Programas	Valor principal		Unidade	2019														
	2018			Alterações no valor justo						2019				Valor justo por vencimento				
	2019	2018		Receita líquida de produtos vendidos e serviços prestados	Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	Resultado financeiro líquido	Outros resultados abrangentes	Ganho (perda) realizado	Total (líquido entre ativo e passivo)	2020	2021	2022	2023	2024+			
Hedge de operações comerciais a preço fixo																		
Termo de zinco	15.252	10.566	ton	(3)				(1)				(4)	(4)					
				(3)				(1)				(4)	(4)					
Hedge para período cotacional																		
Termo de zinco	258.220	261.020	ton	(2)	2	12	(20)	(6)	5	(7)		(3)	(3)					
				(2)	2	12	(20)	(6)	5	(7)		(3)	(3)					
Hedge de margem operacional																		
Termo de alumínio	151.800	127.750	ton	157		(8)			13	181		(19)	(17)	(2)				
Collars	18		USD						3			3	3					
Termo de dólar norte-americano	273	279	USD	(47)		15			35	(39)		42	38	4				
				110		7			51	142		26	24	2				
Hedge de proteção cambial																		
Collars (FX)	653	1.057	BRL	(6)					12	8		(2)	(2)					
Termo de dólar norte-americano		514	USD	(9)					(87)	(96)								
Termo de lira turca	1	11	USD	(4)					(7)	(11)								
				(19)					(82)	(99)		(2)	(2)					
Hedge de taxa de juros																		
Swaps taxa flutuante em LIBOR vs. taxa flutuante em CDI	315	373	USD	142					(6)	82		54	(24)	(39)	(74)	126	65	
Swaps taxa flutuante em IPCA vs. taxa flutuante em CDI	227		BRL						7	1		6	4	1	1			
Swaps taxa flutuante em CDI vs. taxa fixa em USD	747		BRL						(67)	(51)	9	(127)	(3)	10	18	19	(171)	
Swaps taxa flutuante em IPCA vs. taxa fixa em USD	139		BRL						(1)	(2)		(3)	(1)	(1)	(1)			
				142					(67)	(53)	92	(70)	(24)	(29)	(56)	145	(106)	
Valor total dos instrumentos derivativos				228	2	19	(20)	(7)	(149)	3	128	(53)	(9)	(27)	(56)	145	(106)	

Em 31 de dezembro de 2019, as operações de derivativos líquido de impostos reconhecidas em “Ajuste de avaliação patrimonial” totalizaram R\$ 83. Além dessas, existem operações de *hedge accounting* líquido de impostos, com ganho no montante de R\$ 142, em controladas não consolidadas também reconhecidas em “Ajuste de avaliação patrimonial”.

(b) Instrumentos financeiros derivativos – Put option

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foi finalizada a operação em razão da qual a Votorantim Siderurgia S.A. passou a ser uma subsidiária da ArcelorMittal Brasil S.A. (“AMB”). Conforme o acordo entre as partes, a VSA passou a deter participação minoritária de 15% do negócio aços longos combinados da AMB que em atendimento às regras contábeis, foi reconhecido como instrumento financeiro, de acordo com o CPC 48 – “Instrumentos financeiros”. A variação do valor justo desta operação no exercício, resultou em perda no montante de R\$ 89, registrado na rubrica de “Resultado financeiro líquido”.

6.1.2 Estimativa do valor justo

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos são descritos a seguir, bem como as premissas para sua valorização:

Ativos financeiros - considerando-se a natureza e os prazos, os valores contabilizados aproximam-se dos valores de realização.

Passivos financeiros - estão sujeitos a juros com taxas usuais de mercado. O valor de mercado foi calculado tendo por base o valor presente do desembolso futuro de caixa, usando-se taxas de juros atualmente disponíveis para emissão de débitos com vencimentos e termos similares.

A Companhia e suas controladas divulgam as mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);

Nível 3 - Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis).

Em 31 de dezembro de 2019, os ativos financeiros mensurados ao valor justo e passivos financeiros divulgados ao valor justo foram classificados no nível 1 e 2 de hierarquia do valor justo, vide classificação abaixo.

Valor justo medido com base em 2019				
		Preços cotados em	Técnica de valoração	
	Nota	mercado ativo (Nível 1)	suportada por preços	Valor justo
			observáveis (Nível 2)	
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	9	3.833	2.429	6.262
Aplicações financeiras	10	1.392	3.075	4.467
Instrumentos financeiros derivativos	6.1.1		399	399
Instrumentos financeiros derivativos - <i>put option</i>	6.1.1		655	655
Instrumento financeiro - compromisso firme	16		29	29
Instrumento financeiro - Suzano	13		2.749	2.749
		5.225	9.336	14.561
Passivos				
Empréstimos e financiamentos	21	13.014	8.068	21.082
Instrumentos financeiros derivativos	6.1.1		452	452
Risco sacado a pagar	23		1.415	1.415
Instrumento financeiro - compromisso firme	16		203	203
Receita diferida - <i>streaming</i> de prata			727	727
		13.014	10.865	23.879
Valor justo medido com base em 2018				
Reapresentado				
		Preços cotados em	Técnica de valoração	
	Nota	mercado ativo (Nível 1)	suportada por preços	Valor justo
			observáveis (Nível 2)	
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	9	4.279	3.463	7.742
Aplicações financeiras	10	1.794	1.544	3.338
Instrumentos financeiros derivativos	6.1.1		472	472
Instrumento financeiro - compromisso firme	16		202	202
		6.073	5.681	11.754
Passivos				
Empréstimos e financiamentos	21	16.413	8.072	24.485
Instrumentos financeiros derivativos	6.1.1		244	244
Risco sacado a pagar	23		1.312	1.312
Instrumento financeiro - compromisso firme	16		180	180
Receita diferida - <i>streaming</i> de prata			774	774
		16.413	10.582	26.995

6.1.3 Demonstrativo da análise de sensibilidade

Os principais fatores de risco que impactam a precificação dos instrumentos financeiros de caixa e equivalentes de caixa, das aplicações financeiras, dos empréstimos e dos financiamentos e instrumentos financeiros derivativos são a exposição à flutuação do dólar, euro, libras turcas, novo sol, peso argentino e boliviano, das taxas de juros LIBOR, CDI, Cupom de dólar, dos preços de *commodities* e dos contratos de compra e venda de energia elétrica. Os cenários para estes fatores são elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas, seguindo a governança da Companhia.

Os cenários em 31 de dezembro de 2019, estão descritos abaixo:

Cenário I - Considera choque nas curvas e cotações de mercado de 31 de dezembro de 2019, conforme cenário base definido pela Administração para 31 de março de 2020;

Cenário II - considera choque de + ou - 25% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2019;

Cenário III - considera choque de + ou - 50% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2019.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras consolidadas
em 31 de dezembro de 2019

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

VOTORANTIM

Fatores de Risco	Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (i)	Empréstimos, financiamentos e partes relacionadas (j)	Principal de instrumentos financeiros derivativos / Unidade	Choque nas curvas de 2019	Resultados do cenário I	Impactos no resultado				Impactos no resultado abrangente					
						Cenário I		Cenários II & III		Cenário I		Cenários II & III			
						-25%	-50%	25%	50%	-25%	-50%	25%	50%		
Câmbio															
USD	4.051	12.711	1.911	USD milhões	-2,0%	18	71	214	(50)	(157)	199	2.494	4.988	(2.492)	(4.986)
EUR	244	1.580	1	EUR milhões	-2,4%	(1)	(35)	(70)	35	70	32	338	677	(338)	(677)
PEN	148				-3,0%	(4)	(35)	(70)	35	70	(2)	(4)	(4)	2	4
BOB	22	460			-3,1%						14	110	219	(110)	(219)
TRY	60	75			-12,6%	(8)	(15)	(30)	15	30	10	19	38	(19)	(38)
ARS	52				-9,7%						(8)	(13)	(26)	13	26
	4.577	14.826	1.912			5	21	114		(57)	247	2.946	5.892	(2.944)	(5.890)
Taxas de juros															
BRL - CDI	5.461	3.307	4.068	BRL	-16 bps	11	94	189	(93)	(185)		(4)	(9)	3	5
USD - LIBOR		1.442	1.216	USD milhões	2 bps	1	(8)	(16)	8	17		2	5	(2)	(5)
Cupom Dólar			1.007	USD milhões	-19 bps	5	19	39	(18)	(36)	(14)	(55)	(114)	51	98
	5.461	4.749	6.291			17	105	212	(103)	(204)	(14)	(57)	(118)	52	98
Preço de commodities															
Zinco			273.472	ton	4,7%	(23)	125	249	(125)	(249)	3	(18)	(36)	18	36
Alumínio			151.800	ton	-3,3%						34	263	525	(263)	(525)
			425.272			(23)	125	249	(125)	(249)	37	245	489	(245)	(489)
Compromisso firme - energia elétrica															
Contratos de compra e venda - valor justo			173	BRL			(3)	(7)	3	7					
			173				(3)	(7)	3	7					

- (i) Os saldos apresentados não conciliam com as notas explicativas, pois a análise realizada contemplou somente as moedas mais significativas e as taxas de juros contemplam somente o valor de principal.

7 Instrumentos financeiros por categoria

Política contábil

A Companhia e suas controladas classificam seus instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para a qual os mesmos foram adquiridos e determina a classificação destes no reconhecimento inicial, conforme as seguintes categorias:

(a) Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Têm como característica a sua negociação ativa e frequente nos mercados financeiros. Esses instrumentos são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

(b) Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Instrumentos financeiros que satisfaçam o critério de termos contratuais, que deem origem a fluxos de caixa que seja exclusivamente o pagamento de principal e juros e seja mantido em um modelo de negócios, cujo o objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

(c) Instrumentos financeiros ao custo amortizado

Instrumentos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo o objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao custo amortizado.

(d) *Impairment* de ativos financeiros mensurados ao custo

É mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo-se os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos), descontados à taxa de juros em vigor dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, em um período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento ocorrido após o reconhecimento do *impairment* (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda será reconhecida na demonstração do resultado.

	Nota	2019	Reapresentado 2018
Ativos			
Custo amortizado			
Contas a receber de clientes	11	2.196	2.546
Partes relacionadas	15	229	271
		<u>2.425</u>	<u>2.817</u>
Valor justo por meio do resultado			
Caixa e equivalentes de caixa	9	6.262	7.742
Aplicações financeiras	10	4.467	3.321
Instrumentos financeiros derivativos	6.1.1		287
Instrumento financeiros derivativos - <i>put option</i>	6.1.1	655	744
Instrumento financeiro - compromisso firme	16	29	202
		<u>11.413</u>	<u>12.296</u>
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes			
Aplicações financeiras	10		17
Instrumentos financeiros - Suzano	13	2.749	
Instrumentos financeiros derivativos	6.1.1	399	185
		<u>3.148</u>	<u>202</u>
Passivos			
Custo amortizado			
Empréstimos e financiamentos	21	18.848	11.592
Fornecedores		4.429	4.137
Partes relacionadas	15	50	136
Risco sacado a pagar	23	1.415	1.312
Uso do bem público - UBP	26	1.238	1.189
		<u>25.980</u>	<u>18.366</u>
Valor justo por meio do resultado			
Empréstimos e financiamentos	21	907	12.859
Instrumentos financeiros derivativos	6.1.1	69	170
Instrumento financeiro - compromisso firme	16	203	180
		<u>1.179</u>	<u>13.209</u>
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes			
Instrumentos financeiros derivativos	6.1.1	383	74
		<u>383</u>	<u>74</u>

8 Qualidade dos créditos dos ativos financeiros

	2019			2018		
	Rating local	Rating global	Total	Rating local	Rating global	Total
Caixa e equivalentes de caixa						
AAA	1.563		1.563	1.404	39	1.443
AA+				4		4
AA	1	446	447	6	796	802
AA-	416	295	711		424	424
A+		884	884		543	543
A		994	994	1	1.783	1.784
A-		259	259		286	286
BBB+		384	384		759	759
BBB		130	130		118	118
BBB-		102	102		369	369
BB		29	29		21	21
BB-		9	9			
B-		76	76		64	64
B+		9	9		55	55
B					27	27
CCC		16	16			
Sem rating (i)		649	649	11	1.032	1.043
	1.980	4.282	6.262	1.426	6.316	7.742
Aplicações financeiras						
AAA	3.840		3.840	3.024		3.024
AA+	45		45	51		51
AA	74	2	76	166		166
AA-	373	12	385	5		5
A+	20	13	33	19	29	48
A					2	2
BBB-		29	29			
B-					30	30
CCC		36	36			
Sem rating	20	3	23	11	1	12
	4.372	95	4.467	3.276	62	3.338
Instrumentos financeiros derivativos						
AAA	377		377	242		242
AA		4	4	1	52	53
AA-	7		7	5		5
A+		2	2		134	134
A					1	1
A-		9	9			
Sem rating (i)				37		37
	384	15	399	285	187	472
Instrumentos financeiros - Suzano						
AAA	2.749		2.749			
	2.749		2.749			
	9.485	4.392	13.877	4.987	6.565	11.552

Os ratings decorrentes de classificação local e global foram extraídos das agências de rating (Standard & Poor's, Moody's e Fitch Ratings). Para apresentação foi considerado o padrão de nomenclatura da Standard & Poor's e da Fitch Ratings e a classificação conforme estabelecido nas Políticas Financeiras.

(i) Referem-se a valores aplicados em bancos no exterior que não possuem classificação nas agências de rating.

9 Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.

(a) Composição

O caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional compreendem disponibilidades em contas correntes bancárias e títulos públicos (operações *overnight*) ou de instituições financeiras, indexados à taxa de depósito interbancário. Os equivalentes de caixa em moeda estrangeira são compostos, principalmente, por instrumentos financeiros em moeda local da empresa.

	2019	2018
	<u>Reapresentado</u>	
Moeda nacional		
Caixa e bancos	9	28
Certificados de Depósito Bancário - CDBs	567	3
Operações compromissadas - títulos públicos	561	1.395
	1.137	1.426
Moeda estrangeira		
Caixa e bancos	3.263	2.856
<i>Time deposits</i>	1.862	3.460
	5.125	6.316
	6.262	7.742

10 Aplicações financeiras

Política contábil

As aplicações financeiras possuem, em sua maioria, liquidez imediata, não obstante, são classificadas como aplicações financeiras com base nos vencimentos originais, considerando a destinação prevista dos recursos. As aplicações em moeda nacional compreendem títulos públicos ou de instituições financeiras, indexados à taxa de depósito interbancário. As aplicações denominadas em moeda estrangeira são compostas, principalmente, por instrumentos financeiros de renda fixa em moeda local (*time deposits*).

(a) Composição

	2019	2018
	Reapresentado	
Valor justo por meio do resultado		
Certificados de Depósito Bancário - CDBs	2.248	1.321
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	1.218	1.763
Operações compromissadas - Títulos públicos	173	106
Operações compromissadas - Títulos privados		54
Quotas de fundos de investimento	669	15
Aplicações denominadas em moeda estrangeira	64	62
Letras financeiras - Títulos privados	3	
	4.375	3.321
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes		
Certificados de Depósito Bancário - CDBs	60	17
	60	17
Custo amortizado		
Aplicações denominadas em moeda estrangeira	32	
	32	
	4.467	3.338
Circulante	4.444	3.315
Não circulante	23	23
	4.467	3.338

11 Contas a receber de clientes

Política contábil

Correspondem aos valores referentes à venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e de suas controladas.

São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa. As contas a receber de clientes no mercado externo são atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data do balanço.

(a) Composição

	Nota	2019	2018
Clientes nacionais		1.144	1.308
Clientes estrangeiros		1.230	1.398
Partes relacionadas	15	13	14
		<u>2.387</u>	<u>2.720</u>
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa		(191)	(174)
		<u>(191)</u>	<u>(174)</u>
		<u>2.196</u>	<u>2.546</u>

(b) Composição por moeda

	2019	2018
Real	1.018	1.217
Dólar norte-americano	764	741
Peso colombiano	125	120
Euro	60	102
Lira turca	16	88
Peso uruguaio	67	82
Dirham marroquino	35	62
Peso argentino	60	61
Outros	51	73
	<u>2.196</u>	<u>2.546</u>

(c) Movimentação para perda estimada com crédito de liquidação duvidosa

	2019	2018
Saldo no início do exercício	(174)	(159)
Adições líquidas das reversões	(56)	(21)
Contas a receber de clientes baixados como incobráveis (i)	39	13
Efeito de controladas excluídas na consolidação		(7)
Saldo no final do exercício	<u>(191)</u>	<u>(174)</u>

(i) Os valores debitados na conta de perda estimada com crédito de liquidação duvidosa são geralmente baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos.

(d) Vencimento

	2019	2018
A vencer	1.864	2.184
Vencidos até 3 meses	282	295
Vencidos entre 3 e 6 meses	4	22
Vencidos há mais de 6 meses	237	219
	2.387	2.720

12 Estoques

Política contábil

Apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo é determinado pelo método do custo médio ponderado. Os custos dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreendem matérias-primas, mão de obra direta e outros custos diretos e indiretos de produção (com base na capacidade operacional normal). As matérias-primas provenientes de ativos biológicos (Ex: Árvores de uma plantação, plantas, árvores frutíferas, gado, e etc.), são mensuradas ao valor justo, menos as despesas de vendas no ponto da colheita, quando são transferidas do ativo não circulante para o grupo de estoques.

As controladas, pelo menos uma vez ao ano, realizam o inventário físico das mercadorias constantes em seu estoque. Ajustes de inventário são registrados em rubrica de “Custo dos produtos vendidos e serviços prestados”.

A provisão para perdas em estoque refere-se, substancialmente, a materiais obsoletos e de baixo giro.

	2019	2018
Produtos acabados	862	845
Produtos semi acabados	1.587	1.499
Matérias-primas	826	832
Materiais auxiliares e de consumo	995	896
Importações em andamento	79	142
Outros	173	82
Perda estimada	(393)	(482)
	4.129	3.814

13 Instrumentos financeiros – Suzano

	Fechamento da operação	2019
Quantidade de ações	75.180.059	75.180.059
Cotação (R\$) ações Suzano Papel e Celulose S.A. (SUZB3) (i)	39,00	36,57
Valor do Instrumento financeiro - Suzano	2.932	2.749
Alteração no valor justo		(183)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		62
Ajuste a valor justo, líquido dos efeitos tributários (nota 29 (c))		(121)

- (i) Utiliza a cotação média do valor da ação dos últimos noventa dias da data de fechamento.

14 Tributos a recuperar

Política contábil

Os tributos a recuperar são mantidos no ativo principalmente com a finalidade de reconhecer no balanço patrimonial da entidade os valores contábeis que serão objeto de futura recuperação.

	2019	2018
Imposto de Renda e Contribuição Social - IRPJ e CSLL	1.826	1.751
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (i)	1.963	1.057
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	695	594
Programa de Integração Social - PIS (i)	400	230
Imposto sobre Valor Adicionado (empresas no exterior) - IVA	249	297
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	47	62
ICMS sobre ativo imobilizado	76	59
IRPJ/CSLL - Plano verão	32	30
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	31	28
Crédito Previdenciário (ii)	20	
Outros	106	96
	5.445	4.204
Circulante	1.968	1.473
Não circulante	3.477	2.731
	5.445	4.204

- (i) A variação refere-se, substancialmente, ao crédito de PIS e COFINS reconhecido na controlada CBA, VCSA e controlada indireta VCNNE, no montante de R\$ 1.186, conforme Nota 1.1 (d).
- (ii) A variação refere-se ao crédito extemporâneo em decorrência de levantamentos sobre contribuições previdenciárias reconhecidos na controlada CBA.

15 Partes relacionadas

Política contábil

Partes Relacionadas são pessoas físicas ou jurídicas que estejam relacionadas com a entidade que reporta as demonstrações contábeis.

Ativo	Contas a receber de clientes		Dividendos a receber		Ativo não circulante	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Sociedades coligadas ou controladas em conjunto						
Cementos Avellaneda S.A.	2	3	9			
Cementos Granadilla S.L.	1	1				3
Banco Votorantim S.A.				9		
Cementos Especiales De Las Islas, S.A.						
Citrosuco S.A. Agroindústria (i)		1			159	216
Citrosuco GmbH (i)					52	50
Supermix Concreto S.A.	5	4				
VTRM Energia Participações S.A.			65	5		
Outros	5	5	7		18	2
	13	14	81	14	229	271
Circulante	13	14	81	14		
Não circulante					229	271
	13	14	81	14	229	271

- (i) Refere-se às contas a receber relacionadas a ativos excedentes à situação patrimonial básica aportados na operação Citrosuco. O prazo de realização é vinculado à realização de cada item, mediante regras contratuais estabelecidas no acordo de acionistas e memorando de fechamento assinados entre a Fischer S.A. – Comércio, Indústria e Agricultura e a Votorantim S.A.

Passivo	Fornecedores		Dividendos a pagar		Passivo não circulante	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Sociedade controladora						
Hejoassu Administração S.A.				415		
Sociedades coligadas ou controladas em conjunto						
Suzano Papel e Celulose S.A.		13				117
Superior Materials Holdings, LLC	7	7				
Outras	5	19			50	19
	12	39		415	50	136
Total acionistas não controladores			120	67		
Circulante	12	39	120	482		
Não circulante					50	136
	12	39	120	482	50	136

Resultado	Vendas (compras), líquidas		Receita (despesa) financeira, líquidas	
	2019	2018	2019	2018
Sociedades coligadas ou controladas em conjunto				
Cementos Avellaneda S.A.		36		
Cementos Especiales De Las Islas, S.A.	23	27		
Cementos Granadilla S.L.	15	20		
Citrosuco S.A. Agroindústria	44	32		
Suzano Papel e Celulose S.A.	6	43		
Midway Group, LLC	32	27		
Supermix Concreto S.A.	201	204		
Superior Materials Holdings, LLC	75	66		
Outros	31	20	(5)	(2)
	427	475	(5)	(2)

16 Instrumentos financeiros - compromisso firme

A controlada Votorantim Comercializadora de Energia Ltda. (“Votener”) centraliza as transações de compra e venda de energia para atender as demandas das empresas da Votorantim. Uma parte dessas transações assume a forma de contratos que foram celebrados e continuam a ser realizados com a finalidade de receber a energia para uso próprio ou entregar a energia de autoprodução, de acordo com as demandas produtivas das controladas da Companhia e, por isso, não atende a definição de instrumento financeiro.

Outra parte dessas transações se refere às compras e vendas de energia, não utilizada no processo produtivo das empresas da Votorantim, sendo transacionada em mercado ativo, por isso, atende a definição de instrumentos financeiros, devido ao fato de serem liquidados em energia, e prontamente conversíveis em dinheiro. Tais contratos são contabilizados como derivativos segundo o IFRS 9 / CPC 48 e são reconhecidos no balanço patrimonial de suas controladas pelo valor justo, na data em que o derivativo é celebrado, e é reavaliado a valor justo na data do balanço.

O valor justo desses derivativos é estimado, em parte, com base nas cotações de preços publicadas em mercados ativos, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam, e, em parte, pelo uso de técnicas de avaliação, que considera: (i) preços estabelecidos nas operações de compra e venda; (ii) margem de risco no fornecimento e (iii) preço de mercado projetado no período de disponibilidade. Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos difere do preço da transação, ganho ou perda, é reconhecido no resultado do exercício.

A Companhia, por meio de sua controlada indireta Votener, opera no Ambiente de Contratação Regulado (“ACR”) e participou do 13º leilão de compra de energia elétrica em 30 de abril de 2014, no qual, mediante compromisso firme, efetuou vendas para fornecimento até dezembro de 2019. Estas transações, no reconhecimento inicial, resultaram em ganho com venda de excedente de energia para a controlada indireta Votener, que foi reconhecido pelo seu valor justo. A diferença líquida de despesas e receitas geradas pela realização do valor justo, por meio da liquidação física dos contratos de venda e compra de energia, foi reconhecida como despesa no montante de R\$ 142 em “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas” (Nota 32).

Adicionalmente, as demais operações realizadas pelas controladas no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”), que atendem a definição de instrumento financeiro foram, da mesma forma, reconhecidas a valor justo. A realização do valor justo, no montante de R\$ 53 foi reconhecida como despesa em “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas” (Nota 32)

Os valores citados acima, possuem a seguinte composição:

	ACR			ACL			Total		
	Votorantim CBA	Votorantim Energia	Total	Votorantim Cimentos	Votorantim CBA	Votorantim Energia	Total	2019	2018
Realização	(105)	(31)	(136)	(31)	(17)	(80)	(128)	(264)	(199)
Reconhecimento					28	46	74	74	65
Constituição (reversão)	(5)	(1)	(6)					(6)	2
	(110)	(32)	(142)	(31)	11	(34)	(54)	(196)	(132)

O quadro abaixo apresenta a composição dos saldos patrimoniais:

	Votorantim			ACL	Total	
	Cimentos	CBA	Energia	Total	2019	2018
Ativo						
Circulante						202
Não circulante			29	29	29	202
			29	29	29	202
Passivo						
Circulante	(10)	(17)	(54)	(81)	(81)	(19)
Não circulante	(34)	(77)	(11)	(122)	(122)	(161)
	(44)	(94)	(65)	(203)	(203)	(180)

17 Investimentos

Política contábil

Os investimentos em entidades coligadas, controladas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) são avaliados pelo método de equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua coligada, empreendimento controlado em conjunto e controlada.

Coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle em conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite a Companhia controle compartilhado da entidade e dá a Companhia direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

A Companhia também reconhece seus ativos de acordo com a participação do empreendedor nos ativos, passivos, receitas e despesas da entidade controlada de forma proporcional. Isso implica em reconhecer a parte do empreendedor nos ativos, passivos, receitas e despesas das *joint ventures*, adicionando tais valores a seus próprios ativos, passivos, receitas e despesas, por natureza (método linha a linha).

(i) Impairment de investimentos

Para a apuração dos valores recuperáveis dos investimentos, a Companhia e suas controladas utilizam critérios similares aos utilizados para teste de *impairment* sobre ágio.

(a) Composição

Principais empresas consolidadas	Percentual do capital total e votante		Localização da sede	Atividade principal
	2019	2018		
Subsidiárias e controladas				
Acerbrag S.A.	100,00	100,00	Argentina	Siderurgia
Votorantim FinCO GmbH	100,00	100,00	Áustria	Trading
Calmit Mineração e Participação Ltda.	100,00	100,00	Brasil	Holding
Acariuba Mineração e Participação Ltda.		100,00	Brasil	Holding
Companhia Brasileira de Alumínio	100,00	100,00	Brasil	Alumínio
Interávia Transportes Ltda.		100,00	Brasil	Transporte
Santa Cruz Geração de Energia S.A.	100,00	100,00	Brasil	Energia Elétrica
Silcar Empreendimentos, Comércio e Participações Ltda.	100,00	100,00	Brasil	Holding
Votener - Votorantim Comercializadora de Energia Ltda.	100,00	100,00	Brasil	Energia Elétrica
Votorantim Cimentos N/NE S.A.	100,00	100,00	Brasil	Cimentos
Votorantim Cimentos S.A.	100,00	100,00	Brasil	Cimentos
Votorantim Energia Ltda.	100,00	100,00	Brasil	Holding
Votorantim Finanças S.A.	100,00	100,00	Brasil	Finanças
Votorantim Geração de Energia S.A.	100,00	100,00	Brasil	Holding
Votorantim Investimentos Latino-Americanos S.A.		100,00	Brasil	Holding
Nexa Recursos Minerais S.A.	66,40	70,24	Brasil	Zinco
Votorantim Cement North America Inc.	100,00	100,00	Canadá	Holding
Acerías Paz del Río S.A.	91,20	82,42	Colômbia	Siderurgia
Votorantim Cimentos EAA Inversiones, S.L.	100,00	100,00	Espanha	Holding
St. Marys Cement Inc.	100,00	100,00	EUA	Cimentos
St. Helen Holding II B.V.	100,00	100,00	Ilhas Cayman	Holding
Hailstone Ltd.	100,00	100,00	Ilhas Virgens Britânicas	Holding
Nexa Resources S.A.	64,25	64,25	Luxemburgo	Holding
Votorantim Cimentos International S.A.	100,00	100,00	Luxemburgo	Holding
Votorantim RE	100,00	100,00	Luxemburgo	Seguros
Nexa Resources Atacocha S.A.A.	91,00	91,00	Peru	Mineração
Nexa Resources Perú S.A.A.	80,06	80,23	Peru	Mineração
Nexa Resources Cajamarquilla S.A.	99,91	99,91	Peru	Zinco
Cementos Artigas S.A.	51,00	51,00	Uruguai	Cimentos
Operações conjuntas (Joint operations)				
Baesa - Energética Barra Grande S.A.	15,00	15,00	Brasil	Energia Elétrica
Campos Novos Energia S.A.	44,76	44,76	Brasil	Energia Elétrica
Great Lakes Slag Inc.	50,00	50,00	Canadá	Cimentos
Voto - Votorantim Overseas Trading Operations IV Ltd.		50,00	Ilhas Cayman	Trading
Fundos de aplicação financeira exclusivos				
Fundo de Investimento Pentágono VC Multimercado – Crédito Privado	100,00	100,00	Brasil	Finanças
Fundo de Investimento Pentágono CBA Multimercado – Crédito Privado	100,00	100,00	Brasil	Finanças
Fundo de Investimento Pentágono VSA Multimercado – Crédito Privado	100,00	100,00	Brasil	Finanças
Odessa Multimercado Crédito Privado	93,49	96,91	Brasil	Finanças
Odessa Multimercado Crédito Privado Fundo de investimento VC	100,00	100,00	Brasil	Finanças
Odessa Multimercado Crédito Privado Fundo de investimento VM	100,00	100,00	Brasil	Finanças

	Percentual do capital total		Percentual do capital votante		Localização da sede	Atividade principal
	2019	2018	2019	2018		
Principais empresas não consolidadas						
Coligadas						
Cementos Avellaneda S.A.	49,00	49,00	49,00	49,00	Argentina	Cimentos
Alunorte - Alumina do Norte S.A.	3,03	3,03	3,52	3,52	Brasil	Mineração
IMIX Empreendimentos Imobiliários Ltda.	25,00	25,00	25,00	25,00	Brasil	Mineração
Mineração Rio do Norte S.A.	10,00	10,00	12,50	12,50	Brasil	Mineração
Supermix Concreto S.A.	25,00	25,00	25,00	25,00	Brasil	Concreto
Cementos Especiales de las Islas S.A.	50,00	50,00	50,00	50,00	Espanha	Cimentos
Empreendimentos controlados em conjunto (Joint ventures)						
Citrosuco GmbH	50,00	50,00	50,00	50,00	Áustria	Agroindústria
Banco Votorantim S.A.	50,00	50,00	50,00	50,00	Brasil	Finanças
Citrosuco S.A. Agroindústria	50,00	50,00	50,00	50,00	Brasil	Agroindústria
Juntos Somos Mais Fidelização S.A.	45,00	45,00	45,00	45,00	Brasil	Serviços
VTRM Energia Participações S.A.	50,00	50,00	50,00	50,00	Brasil	Energia Elétrica
Hutton Transport Ltda.	25,00	25,00	25,00	25,00	Canadá	Transporte
Midway Group, LLC.	50,00	50,00	50,00	50,00	EUA	Cimentos
RMC Leasing, LLC.	50,00	50,00	50,00	50,00	EUA	Aluguel de equipamentos
Superior Materials Holdings, LLC.	50,00	50,00	50,00	50,00	EUA	Cimentos

(b) Informações sobre as empresas investidas

Apresentamos a seguir, um resumo das informações financeiras selecionadas de nossas principais coligadas e *joint ventures* em 31 de dezembro de 2019:

	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido incluindo participação de minoritários	Receita líquida	Resultado operacional	Resultado financeiro	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	% Participação total de votante
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial - Coligadas										
Cementos Avellaneda S.A.	375	1.016	439	10	941	1.494	359	(4)	269	49%
Alunorte - Alumina do Norte S.A.	9.280		2.391	3.370	3.519	6.022	411	(386)	3	3%
IMIX Empreendimentos Imobiliários Ltda.	13	7			19	6	6	1	6	25%
Mineração Rio do Norte S.A.	493	2.487	668	1.329	982	1.432	349	(167)	144	10%
Supermix Concreto S.A.	205	275	162	86	230	1.239	(2)	2	2	25%
Cementos Especiales de las Islas S.A.	104	114	25	8	185				30	50%
Controladas em conjunto (Joint ventures)										
Citrosuco GmbH	3.794	829	720	343	3.560	3.183	(104)	22	(105)	50%
Banco Votorantim S.A.	48.215	48.316	58.025	27.750	10.756	8.169	12.125		1.594	50%
Citrosuco S.A. Agroindústria	3.384	4.274	1.750	5.728	181	2.795	(159)	(311)	(461)	50%
Jaguatirica empreendimento imobiliário SPE S.A.	207	7	1	1	211	11	6		5	50%
Juntos Somos Mais Fidelização S.A.	61	9	44		27	49	(7)	2	(3)	45%
VTRM Energia Participações S.A.	271	3.866	138	67	3.832		(37)	2	551	50%
Hutton Transport Ltda.	35	61	14	2	75				12	25%
Midway Group, LLC.	28	26	9		51				19	50%
RMC Leasing LLC	5	15			31					50%
Superior Materials Holdings, LLC	94	59	39		125				57	50%

	Informações em 31 de dezembro de 2019		Resultado da equivalência		Saldo	
	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	2019	2018	2019	2018
			Reapresentado		Reapresentado	
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial - Coligadas						
Cementos Avellaneda S.A.	941	269	132	81	578	502
Alunorte - Alumina do Norte S.A.	3.519	3		(28)	107	107
IMIX Empreend. Imobiliários Ltda.	19	6	2	1	5	3
Mineração Rio do Norte S.A.	982	144	14	2	98	90
Supermix Concreto S.A.	230	2	1	(4)	58	57
Cementos Especiales De Las Islas, S.A.	185	30	15	12	77	77
Outros				(1)	81	162
Empreendimentos controlados em conjunto (Joint ventures)						
Citrosuco GmbH (i)	3.560	(105)	(88)	156	2.643	2.613
Banco Votorantim S.A. (ii)	10.756	1.594	797	530	5.383	5.063
Citrosuco S.A. Agroindústria (i)	181	(461)	(267)	(171)	387	610
Jaguatirica Empreendimento Imobiliário SPE S.A. (i)	211	5	2		111	67
Juntos Somos Mais Fidelização S.A.	27	(3)	(1)	(3)	12	5
VTRM Energia Participações S.A. (i)	3.832	551	271	328	2.058	1.844
Hutton Transport Ltda.	75	12	3	4	19	20
Midway Group, LLC.	51	19	9	6	26	23
RMC Leasing LLC	31				15	10
Superior Materials Holdings, LLC	125	57	29	24	62	57
Fibria Celulose S.A.				181		
			919	1.118	11.720	11.310

(c) Movimentação

	2019	2018
	Reapresentado	
Saldo no início do exercício	11.310	13.372
Equivalência patrimonial	919	1.118
Variação cambial de investimentos no exterior	(56)	208
Adições	156	1.409
Baixas	(68)	(245)
Valor justo de ativo não circulante disponível para venda - Banco Votorantim S.A.	44	
Dividendos	(613)	(127)
Ganho pelo ajuste a valor justo na desconsolidação		144
Adoção inicial do IFRS 9		(337)
Reclassificação para ativos classificados como mantidos para venda		(4.305)
Outros	28	73
Saldo no final do exercício	11.720	11.310

- (i) Esses investimentos abaixo consideram os ágios pagos na aquisição dos investimentos e o saldo de mais valia, conforme detalhado, que é amortizado no resultado da controladora:

	Ágio		Mais valia	
	2019	2018	2019	2018
Citrosuco S.A. Agroindústria	194	194	112	139
Citrosuco GmbH	145	141	752	726
Jaguatirica Empreendimento Imobiliário SPE S.A.	5			
VTRM Energia Participações S.A.			141	144

- (ii) Em 31 de dezembro de 2019, o investimento contempla o ajuste a valor justo no montante de R\$ 495 (31 de dezembro de 2018 – R\$ 495).

18 Imobilizado

Política contábil

(i) Imobilizado

É demonstrado pelo custo histórico de aquisição ou de construção deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição ou a construção de ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando há probabilidade de benefícios econômicos futuros associados ao item e quando o custo do item pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo em questão. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil econômica restante do ativo relacionado.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos ativos imobilizados é calculada pelo método linear, considerando os custos e os valores residuais durante a vida útil estimada.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável quando for maior que o seu valor recuperável estimado, de acordo com os critérios que a Companhia e suas controladas adotam para determinar o valor recuperável.

Ganhos e perdas de alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

(ii) *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas possam indicar deterioração ou perda do valor contábil. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa (UGC) excede seu valor recuperável, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados posteriormente para a análise de uma possível reversão do *impairment*, na data do balanço.

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Companhia e suas controladas é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

(a) Composição e movimentação

										2019	2018
											Reapresentado
	Terras, terrenos e benfeitorias	Edifícios e construções	Máquinas, equipamentos e instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Obras em andamento	Obrigação para desmobilização de ativos	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Outros	Total	Total
Saldo no início do exercício											
Custo	2.060	10.890	35.376	1.225	241	2.785	917	519	527	54.540	52.346
Depreciação acumulada	(62)	(4.624)	(21.341)	(1.000)	(172)		(484)	(296)	(348)	(28.327)	(26.123)
Saldo líquido	1.998	6.266	14.035	225	69	2.785	433	223	179	26.213	26.223
Adições	8	5	47	6	3	3.115	3		2	3.189	2.567
Baixas	(19)	(17)	(64)	(2)	(6)	(2)		(2)	(3)	(115)	(103)
Depreciação	(5)	(378)	(1.658)	(75)	(17)		(35)	(25)	(4)	(2.197)	(1.985)
Variação cambial	29	40	110	10		163	4	16	(49)	323	947
Efeito de controladas incluídas (excluídas) na consolidação	(3)	22	11	11	1					42	(1.286)
Reversão (constituição) de <i>impairment</i>	(1)	(57)	(80)				(171)			(309)	29
Reavaliação do fluxo de caixa (i)							291			291	64
Reclassificação para ativos classificados como mantidos para venda											(225)
Ajuste de operações em países com economia hiperinflacionária						10			75	85	138
Transferências (ii)	26	351	1.550	165	8	(2.491)		17		(374)	(156)
Saldo no final do exercício	2.033	6.232	13.951	340	58	3.580	525	229	200	27.148	26.213
Custo	2.100	11.246	36.839	1.381	236	3.580	1.058	564	548	57.552	54.540
Depreciação acumulada	(67)	(5.014)	(22.888)	(1.041)	(178)		(533)	(335)	(348)	(30.404)	(28.327)
Saldo no final do exercício	2.033	6.232	13.951	340	58	3.580	525	229	200	27.148	26.213
Taxas médias anuais de depreciação - %	1	4	9	20	11		5	9			

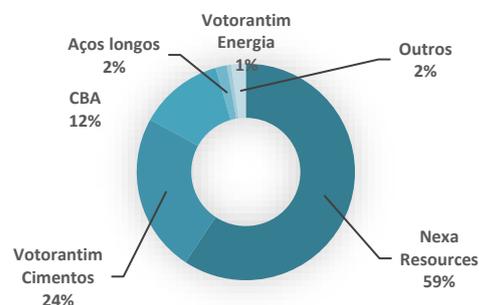
(i) Refere-se, substancialmente, ao item 1.1 (q)

(ii) As transferências incluem a reclassificação de “Obras em andamento” no grupo do imobilizado para “Direitos sobre recursos naturais”, “Ágio”, “Softwares”, “Marcas e Patentes” e “Outros” no grupo do intangível.

(b) Obras em andamento

O saldo é composto principalmente de projetos de expansão e otimização das empresas industriais.

Segmento	2019	2018
Nexa Resources	2.123	1.353
Votorantim Cimentos	849	771
CBA	448	492
Aços longos	60	92
Votorantim Energia	23	25
Outros	77	52
	3.580	2.785



Apresentamos a seguir os principais projetos em andamento por negócio:

Nexa Resources	2019	2018
Projetos de expansão e modernização	1.403	683
<i>Sustaining</i>	460	354
Projetos segurança, saúde e meio ambiente	213	223
Tecnologia da informação	45	53
Outros	2	40
	2.123	1.353

Votorantim Cimentos	2019	2018
<i>Sustaining</i>	282	220
Modernização industrial	115	161
Moagem de cimento em Pécem - Brasil	76	39
Nova unidade em Sobral - CE	72	34
Novas linhas de coprocessamento	51	35
<i>Hardwares e softwares</i>	33	15
Fábrica insumos agrícolas em Nobres - MT	29	17
Geologia e direitos minerários	28	10
Meio ambiente e segurança	25	67
Outros	138	173
	849	771

	2019	2018
CBA		
Projeto Bauxita Rondon	118	114
Reforma de fornos	111	131
Projetos fábrica Alumina	44	30
Projetos de fundição	27	3
Revitalização e adequação da usina	24	48
Projetos de mineração	22	4
Projetos de transformação plástica	21	29
Projetos de segurança, saúde e meio ambiente	19	7
Projetos salas fornos	18	22
Modernização do sistema automação		29
Outros	44	75
	448	492
Aços longos		
<i>Sustaining</i>	53	80
Projetos de segurança, saúde e meio ambiente - Colômbia	3	7
Outros	4	5
	60	92
Votorantim Energia		
Projeto Corumbá - GO	20	19
Tecnologia da informação	2	4
Outros	1	2
	23	25

19 Intangível

Política contábil

(i) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas. O ágio é testado anualmente para verificação de prováveis perdas (*impairment*) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado às UGCs para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as UGCs ou para os grupos de UGCs que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou.

Anualmente, a Companhia e suas controladas revisam o valor contábil líquido do ágio, com o objetivo de avaliar se houve deterioração ou perda no valor recuperável. Os valores recuperáveis de UGCs foram determinados de acordo com o valor em uso, efetuados com base no modelo de fluxo de caixa descontado. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

(ii) Direitos sobre recursos naturais

Os custos relacionados a aquisição de direitos de exploração de minas, a manutenção para aumentar o acesso ao minério e os direitos adquiridos relativos a exploração de recurso eólicos são capitalizados e amortizados usando-se o método linear ao longo das vidas úteis, ou, quando aplicável, com base na exaustão de minas no caso de direitos de exploração de minas.

Após o início da fase produtiva da mina ou da operação do parque eólico, esses gastos são amortizados e tratados como custo de produção.

A exaustão de recursos minerais e parques eólicos é calculada com base na extração e utilização, respectivamente, considerando-se as vidas úteis estimadas.

(iii) Softwares

Os custos associados à manutenção de *softwares* são amortizados durante sua vida útil.

(iv) Uso do bem público - UBP

Corresponde aos valores estabelecidos nos contratos de concessão relacionados aos direitos de exploração do potencial de geração de energia hidrelétrica (concessão onerosa), cujo contrato é assinado na modalidade de Uso do Bem Público - UBP.

O registro contábil é feito no momento da liberação da licença de operação, independentemente do cronograma de desembolsos estabelecido no contrato. O registro inicial desse passivo (obrigação) e do ativo intangível (direito de concessão) corresponde aos valores das obrigações futuras trazidos a valor presente (valor presente do fluxo de caixa dos pagamentos futuros).

A amortização do intangível é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente da concessão. O passivo financeiro é atualizado pelo índice contratual estabelecido e pelo ajuste a valor presente em decorrência da passagem do tempo e reduzido pelos pagamentos efetuados.

(v) Cláusulas de relacionamento com clientes e acordos de não-concorrência

Quando adquiridos em combinação de negócios são reconhecidos pelo valor justo na data de aquisição. As cláusulas de relacionamento com clientes e acordos de não concorrência têm vida útil finita. A amortização é calculada pelo método linear sobre a vida útil estimada.

em 31 de dezembro de 2019

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Composição e movimentação

									2019	2018
										Reapresentado
	Direitos de exploração sobre recursos naturais	Ágios	Obrigação para desmobilização de ativos	Uso do bem público - UBP	Contratos, relação com clientes e acordos	Softwares	Direitos sobre marcas e patentes	Outros	Total	Total
Saldo no início do exercício										
Custo	9.827	5.797	337	540	268	526	208	918	18.421	16.510
Amortização e exaustão acumulada	(3.575)		(135)	(198)	(199)	(368)	(56)	(398)	(4.929)	(4.435)
Saldo líquido	6.252	5.797	202	342	69	158	152	520	13.492	12.075
Adições		5	21		18	1	2	12	59	115
Baixas	(7)					(2)			(9)	(32)
Amortização e exaustão	(510)		(18)	(19)	(19)	(58)		(9)	(633)	(486)
Variação cambial	66	206	4		3	1		22	302	1.585
Reclassificação para ativos classificados como mantidos para venda										(5)
Efeito de controladas incluídas (excluídas) na consolidação					12				12	(97)
Reversão (constituição) de <i>impairment</i> (i)	(380)							(25)	(405)	24
Efeito do IR diferido sobre a mais valia de ativos da St. Mary's										184
Reavaliação do fluxo de caixa			91						91	(27)
Transferências	255					73	(1)	47	374	156
Saldo no final do exercício	5.676	6.008	300	323	83	173	153	567	13.283	13.492
Custo	10.263	6.008	457	540	310	602	206	1.003	19.389	18.421
Amortização e exaustão acumulada	(4.587)		(157)	(217)	(227)	(429)	(53)	(436)	(6.106)	(4.929)
Saldo no final do exercício	5.676	6.008	300	323	83	173	153	567	13.283	13.492
Taxas médias anuais de amortização e exaustão - %	6		7	7	7	20				

(i) Refere-se, substancialmente, ao *impairment* na controlada Nexa descrito no item 1.1 (n).

(b) **Ágio decorrente de aquisições**

Política contábil

A Companhia e suas controladas utilizam o método de aquisição para contabilização de transações classificadas como combinação de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais. A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos em combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia e suas controladas reconhecem a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controladora no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A participação não controladora a ser reconhecida é determinada em cada aquisição.

	2019	2018
		Reapresentado
Votorantim Cimentos		
América do Norte	1.499	1.391
Europa, Ásia e África		
Votorantim Cimentos EAA Inversiones S.L.	1.294	1.268
Comercializadora de Cenizas S.L.	5	4
Cementos Antequera S.A.	3	3
América Latina		
Cementos Artigas S.A.	11	12
Brasil		
Cimento Vencemos do Amazonas Ltda.	64	92
Engemix S.A.	76	76
CJ Mineração Ltda.	16	16
	2.968	2.862
Nexa Resources		
América Latina		
Nexa Resources Perú S.A.A.	2.330	2.241
Nexa Resources Cajamarquilla S.A.	373	358
Brasil		
Campos Novos Energia S.A.	26	26
Pollarix S.A.	1	1
	2.730	2.626
Aços longos		
América Latina		
Acergroup S.A.	149	149
Acerholding S.A.	6	9
Acerbrag S.A.	1	2
	156	160
CBA		
Brasil		
Campos Novos Energia S.A.	32	32
Metalex Ltda.	49	49
Rio Verdinho Energia S.A.	29	29
Machadinho Energética S.A.	15	15
BAESA - Energética Barra Grande S.A.	7	7
	132	132
Holdings e outras		
América Latina		
Votorantim Andina S.A.	16	16
Brasil		
Fazenda Bodoquena Ltda.	1	1
Jaguatirica	5	5
	22	17
	6.008	5.797

(c) Teste do ágio para verificação de *impairment*

Os ativos que têm vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente ou sempre que houver indicativo de deterioração ou perda do valor contábil para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*).

A Companhia e suas controladas avaliam pelo menos anualmente a recuperabilidade do valor contábil do segmento operacional das UGCs. O processo de estimar esses valores envolve o uso de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros que representam a melhor estimativa da Companhia e de suas controladas.

A Administração da Companhia determinou a margem bruta orçada com base no desempenho passado e nas suas expectativas de desenvolvimento do mercado. As taxas de desconto utilizadas são calculadas antes dos impostos e refletem riscos específicos relacionados com o segmento operacional ou com a UGC que estiver sendo testada.

Os cálculos do valor em uso têm como premissas as projeções de fluxo de caixa, antes do cálculo do imposto de renda e da contribuição social, e como base os orçamentos financeiros aprovados pela Administração para o período projetado para os próximos cinco anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa, para o período excedente aos cinco anos, foram extrapolados com base nas taxas de crescimento estimadas. A taxa de crescimento não ultrapassa a média de longo prazo para o setor.

	Taxa de desconto
Votorantim Cimentos	5,86% a 14,93%
CBA	5,57% a 10,15%
Nexa Resources (i)	6,38% a 7,10%
Aços longos	8,63% a 16,85%
Holding e outros	6,31% a 8,94%

(i) Os cálculos do valor justo foram baseados no modelo de fluxo de caixa descontado, e têm como base a premissa de que as taxas de crescimento levam em conta informações independentes sobre as projeções como, por exemplo, cotações da LME (principalmente, zinco e cobre).

20 Direito de uso sobre contratos de arrendamento

(a) Composição e movimentação

						2019
	Terras e terrenos	Imóveis, edifícios e salas comerciais	Máquinas, equipamentos e instalações	Equipamentos de informática	Veículos e embarcações	Total
Adoção inicial	91	177	83	24	291	666
Novos contratos	4	21	177	4	149	355
Baixas	(19)	(6)				(25)
Amortização	(12)	(46)	(61)	(17)	(101)	(237)
Variação cambial	12	14	6	1	21	54
Saldo no final do exercício	76	160	205	12	360	813
Custo	88	206	266	29	461	1.050
Amortização acumulada	(12)	(46)	(61)	(17)	(101)	(237)
Saldo no final do exercício	76	160	205	12	360	813
Taxas médias anuais de amortização - %	12	18	35	62	33	

21 Empréstimos e financiamentos

Política contábil

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.

Os custos de financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que resultarão em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

(a) Composição e valor justo

Modalidade	Encargos anuais médios	Circulante		Não circulante		Total		Valor justo	
		2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Moeda nacional									
Debêntures	110,26% CDI / CDI + 3,80% / IPCA + 3,80%	424	91	2.287	2.718	2.711	2.809	2.678	2.749
Notas de crédito exportação (i)	112,70% CDI / CDI + 1,5%	8		1.078		1.086		1.081	
BNDES	TJLP + 2,36% / 1,86% Pré BRL / SELIC + 2,99% / IPCA + 5,04%	97	95	641	635	738	730	720	687
Agência de fomento	10,00% Pré BRL / TJLP + 0,65%	7	51	23	198	30	249	32	246
FINAME	4,60% Pré BRL	17	21	43	68	60	89	59	83
Outros		29	11	29	11	58	22	59	20
		582	269	4.101	3.630	4.683	3.899	4.629	3.785
Moeda estrangeira									
Eurobonds - USD	5,89% Pré USD	137	3.077	10.156	10.742	10.293	13.819	11.550	13.829
Eurobonds - EUR	3,39% Pré EUR	26	978	1.576	1.541	1.602	2.519	1.682	2.584
Empréstimos - Lei 4131/1962 (ii)	LIBOR + 0,48%	2	594	905	864	907	1.458	907	1.481
Título de dívida - BOB	5,38% Pré BOB	1		315		316		316	
Empréstimos sindicalizados / bilaterais	Euribor + 2,00% / LIBOR + 1,09% / 8,43% Pré	22	225	358	1.399	380	1.624	394	1.626
Créditos de exportação (pré pagamento)	LIBOR + 1,27%			799	765	799	765	823	799
Capital de giro	IBR + 2,71% / 5,68% Pré COP	146	111			146	111	146	112
Agência de fomento	LIBOR + 1,10%	31	30	171	195	202	225	210	236
Outros		7	7	420	24	427	31	425	33
		372	5.022	14.700	15.530	15.072	20.552	16.453	20.700
		954	5.291	18.801	19.160	19.755	24.451	21.082	24.485
Parcela circulante dos empréstimos e financiamentos captados a longo prazo		562	4.854						
Juros sobre empréstimos e financiamentos		236	324						
Empréstimos e financiamentos captados a curto prazo		156	113						
		954	5.291						

- (i) Os contratos de empréstimo (NCE – Nota de Crédito à Exportação) da controlada CBA visam o financiamento de operações relacionadas à exportação e possuem contratos de *swap* atrelados (instrumento financeiro derivativo), que visam a troca de exposição à taxa flutuante CDI em reais para taxa pré-fixada em dólares americanos, resultando em custo médio ponderado de 5,00% ao ano. A controlada Nexa possui também contratos de NCE, que possuem contratos de *swap* atrelados, estes visam a troca de exposição de taxas flutuantes em LIBOR para CDI + *spread*. Esses *swaps* foram contratados em conjunto com os financiamentos e com a mesma instituição financeira.
- (ii) Os empréstimos relativos à Lei 4131/1962 possuem *swaps* (instrumentos financeiros derivativos) que visam tanto a troca de taxas flutuantes em LIBOR e pré-fixada para taxa flutuante em CDI, como a troca de moeda, dólar para real, e resultaram no custo médio final ponderado de 109,20 % a.a. do CDI. Estes *swaps* foram contratados com a instituição financeira em conjunto com o empréstimo (dívida em dólar + *swap* para real em % do CDI). Os termos e as condições do empréstimo e derivativo configuram-se como operação casada, de modo que economicamente a resultante seja uma dívida em % do CDI em reais. A diferença da mensuração entre os dois instrumentos (empréstimo ao custo amortizado x derivativo ao valor justo), gera um “descasamento contábil” no resultado e para eliminar este efeito as contratações feitas a partir de agosto de 2015, foram designadas na modalidade “*fair value*”, sendo o efeito desta designação a mensuração da dívida a valor justo por meio do resultado conforme nota 33.

Legenda:

BNDES	– Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social.
BRL	– Moeda nacional (real).
BOB	– Peso Boliviano
CDI	– Certificado de Depósito Interbancário.
COP	– Peso Colombiano.
EUR	– Moeda da União Europeia (euro).
EURIBOR	– Euro Interbank Offered Rate.
FINAME	– Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais.
IBR	– Inter-Bank Rate (Colômbia).
IPCA	– Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.
LIBOR	– London Interbank Offered Rate.
SELIC	– Sistema Especial de Liquidação e Custódia.
TJLP	– Taxa de Juros de Longo Prazo, fixada pelo Conselho Monetário Nacional. Até dezembro de 2017, a TJLP era o custo básico de financiamentos do BNDES. A partir de janeiro de 2018 a Taxa de Longo Prazo (TLP) passou a ser o principal custo financeiro dos financiamentos do BNDES.
USD	– Dólar norte-americano.

(b) Movimentação

	2019	2018
Saldo no início do exercício	24.451	24.630
Captações	4.323	3.639
Provisão de juros	1.007	1.359
Adições dos custos de captação, líquidas das amortizações	17	26
Ajuste a valor justo	22	(28)
Efeito de controladas excluídas na consolidação		(909)
Variação cambial	507	2.771
Juros pagos	(1.217)	(1.423)
Liquidações	(9.356)	(5.532)
Ganho na renegociação de dívidas		(69)
Outros	1	(13)
Saldo no final do exercício	19.755	24.451

(c) Captações e amortizações

Por meio de captações e pagamentos antecipados de certas dívidas, a Companhia e suas controladas buscam alongar o prazo médio dos vencimentos, bem como equilibrar a exposição a diferentes moedas dos empréstimos e financiamentos a sua geração de caixa nestas moedas.

As principais captações e amortizações efetuadas no exercício foram as seguintes:

Captações

Data	Empresas	Modalidade	Moeda	Principal	Principal BRL	Vencimento	Custo
abr-19	Itacamba Cimentos S.A.	Empréstimos Sindicalizados / Bilateral	BOB	(244)	(140)	2027	5,68% Pré
abr-19	Itacamba Cimentos S.A.	Título de dívida no mercado local	BOB	(116)	(65)	2025	4,75% Pré
abr-19	Votorantim Cimentos Internacional	Empréstimos Sindicalizados / Bilateral	USD	(21)	(82)	2020	LIBOR 03M + 1,10%
abr-19	Itacamba Cimentos S.A.	Título de dívida no mercado local	BOB	(419)	(241)	2029	5,55% Pré
abr-19	Companhia Brasileira de Alumínio	Nota de Crédito Exportação	BRL	(787)	(787)	2027	5,03% Pré
mai-19	Companhia Brasileira de Alumínio	Nota de Crédito Exportação	BRL	(198)	(198)	2027	4,92% Pré
mai-19	Companhia Brasileira de Alumínio	Nota de Crédito Exportação	BRL	(100)	(100)	2027	4,90% Pré
set-19	Companhia Brasileira de Alumínio	BNDES	BRL	(90)	(90)	2034	4,15% Pré
set-19	Votorantim Cimentos N/NE S.A.	Empréstimos Resolução 4131 - MTM	USD	(75)	(305)	2024	107% CDI
out-19	Nexa Recursos Minerais S.A.	Nota de Crédito Exportação	BRL	(90)	(374)	2024	CDI + 1,30%
dez-19	Votorantim Cimentos N/NE S.A.	Certificado de Recebível Imobiliário (CRI)	BRL	(179)	(179)	2029	IPCA + 3,80%
dez-19	Votorantim Cimentos S.A.	Certificado de Recebível Imobiliário (CRI)	BRL	(348)	(348)	2029	IPCA + 3,80%

Amortizações

Data	Empresas	Modalidade	Moeda	Principal	Principal BRL	Vencimento	Observação
fev-19	Votorantim Cimentos Internacional	Eurobonds	EUR	(61)	(256)	2021	Pré-pagamento
fev-19	Votorantim Cimentos Internacional	Eurobonds	EUR	(151)	(640)	2022	Pré-pagamento
fev-19	Votorantim Cimentos Internacional	Eurobonds	USD	(540)	(2.014)	2041	Pré-pagamento
fev-19	Votorantim S.A.	Resolução 4131	USD	(50)	(185)	2020	Pré-pagamento
fev-19	Votorantim S.A.	Resolução 4131	USD	(100)	(377)	2021	Pré-pagamento
abr-19	Itacamba Cimentos S.A.	Empréstimos Sindicalizados / Bilateral	BOB	(268)	(154)	2025	Pré-pagamento
abr-19	Itacamba Cimentos S.A.	Empréstimos Sindicalizados / Bilateral	BOB	(201)	(116)	2025	Pré-pagamento
abr-19	Votorantim S.A.	Resolução 4131	USD	(73)	(282)	2021	Pré-pagamento
mai-19	Companhia Brasileira de Alumínio	Eurobonds	USD	(256)	(1.007)	2024	Pré-pagamento
mai-19	Votorantim Cimentos EAA Inversiones S.L.	Empréstimos Sindicalizados / Bilateral	EUR	(30)	(132)	2021	Pré-pagamento
jun-19	Itacamba Cimentos S.A.	Empréstimos Sindicalizados / Bilateral	BOB	(133)	(75)	2025	Pré-pagamento
jun-19	Itacamba Cimentos S.A.	Empréstimos Sindicalizados / Bilateral	BOB	(129)	(73)	2025	Pré-pagamento
jul-19	Votorantim S.A.	Debêntures	BRL	(550)	(550)	2024	Pré-pagamento
nov-19	Votorantim Cimentos Internacional	Empréstimos Sindicalizados / Bilateral	USD	(75)	(313)	2024	Pré-pagamento
nov-19	Votorantim Cimentos EAA Inversiones S.L.	Empréstimos Sindicalizados / Bilateral	TRY	(120)	(88)	2023	Pré-pagamento
nov-19	Votorantim Cimentos S.A.	BNDES	BRL	(52)	(52)	2028	Pré-pagamento
dez-19	Votorantim Cimentos Internacional	Empréstimos Sindicalizados / Bilateral	USD	(30)	(123)	2024	Pré-pagamento

(d) Perfil de vencimento



(e) Composição por moeda

	Circulante		Não circulante		Total	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Dólar norte-americano	174	3.707	12.597	13.083	12.771	16.790
Real	582	269	4.101	3.630	4.683	3.899
Euro	25	1.098	1.576	1.879	1.601	2.977
Boliviano	2	64	459	406	461	470
Lira turca	34	39	42	148	76	187
Peso colombiano	132	111			132	111
Outras	5	3	26	14	31	17
	954	5.291	18.801	19.160	19.755	24.451

(f) Composição por indexador

	Circulante		Não circulante		Total	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Moeda nacional						
CDI	431	91	2.848	2.718	3.279	2.809
TJLP	73	79	238	314	311	393
TLP	30	32	312	289	342	321
Taxa pré-fixada	28	53	74	209	102	262
SELIC	20	14	114	100	134	114
IPCA			515		515	
	582	269	4.101	3.630	4.683	3.899
Moeda estrangeira						
Taxa pré-fixada	251	4.729	12.262	13.160	12.513	17.889
LIBOR	36	230	2.438	2.331	2.474	2.561
EURIBOR		11		39		50
Outros	85	52			85	52
	372	5.022	14.700	15.530	15.072	20.552
	954	5.291	18.801	19.160	19.755	24.451

(g) Garantias

Em 31 de dezembro de 2019, R\$ 5.859 (31 de dezembro de 2018, R\$ 10.389) do saldo de empréstimos e financiamentos da Companhia e suas controladas estavam garantidos por avais da Companhia, enquanto R\$ 895 (31 de dezembro de 2018, R\$ 792) estavam garantidos por bens do ativo imobilizado em função de alienação fiduciária.

(h) Obrigações contratuais / Índices financeiros

Determinados contratos de empréstimos e financiamentos estão sujeitos ao cumprimento de certos índices financeiros (“covenants”). Quando aplicáveis, tais obrigações são padronizadas para todos os contratos de empréstimos e financiamentos.

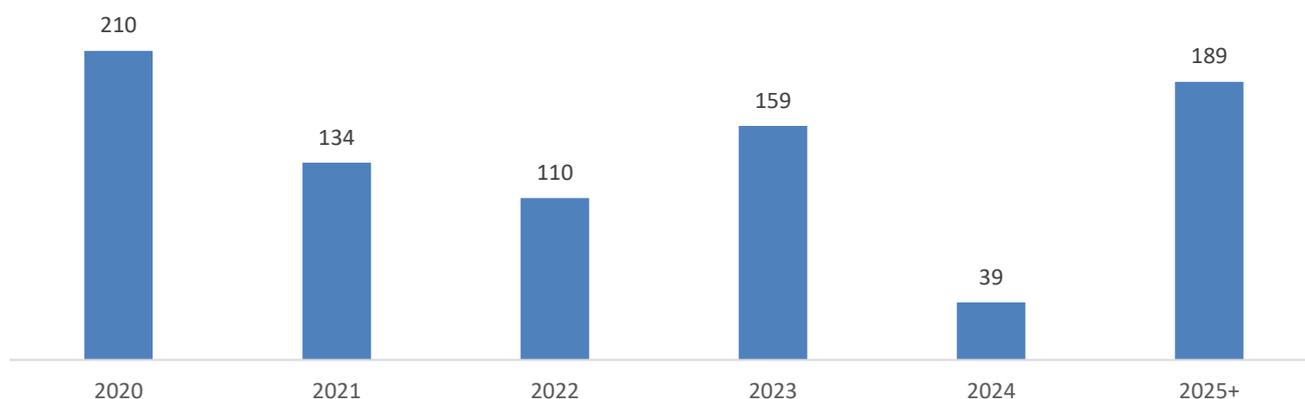
A Companhia e suas controladas atenderam a todas as condições estabelecidas nas cláusulas contratuais de empréstimos e financiamentos, quando aplicáveis.

22 Arrendamento

(a) Movimentação das obrigações de arrendamento - IFRS16

	2019
Adoção inicial	666
Novos contratos	355
Liquidações	(217)
Ajuste a valor justo	13
Variação cambial	24
Saldo no final do exercício	841
Circulante	210
Não circulante	631
	841

(b) Perfil de vencimento



23 Risco sacado a pagar

A Companhia e suas controladas firmaram contratos junto a instituições financeiras, com o objetivo de permitir aos fornecedores nos mercados interno e externo a antecipação de seus recebimentos. Nessas operações, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos das vendas das mercadorias para as instituições financeiras.

Operações de risco sacado	2019	2018 Reapresentado (nota 2.3)
Mercado interno	256	349
Mercado externo	1.159	963
	1.415	1.312

24 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

Política contábil

Os saldos referentes ao imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto e contribuição correntes e diferidos. O imposto sobre a renda e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto e a contribuição social também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades atuam e geram lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda e contribuição social com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do balanço.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

A Companhia e suas controladas estão sujeitas ao imposto de renda, e quando aplicável a contribuição social em todos os países em que opera. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por entidade com base em alíquotas e regras fiscais em vigor na localidade da entidade. A Companhia e suas controladas também reconhecem provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

(a) Reconciliação da despesa de Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL")

Os valores correntes são calculados com base nas alíquotas em vigor sobre o lucro tributado, acrescido ou diminuído das respectivas adições e exclusões.

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado do exercício findo em 31 de dezembro apresentam a seguinte reconciliação com base na alíquota nominal brasileira:

	2019	2018
		Reapresentado
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	7.128	3.504
Alíquotas nominais	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	(2.424)	(1.191)
Ajustes para apuração do IRPJ e da CSLL efetivos		
Equivalência patrimonial	312	380
Efeito tributário da reorganização societária VCSA	82	(431)
Realização de outros resultados abrangentes na alienação de investimentos	37	1
Dividendos recebidos	15	(53)
Imposto sobre operação de mineração	(29)	(52)
Diferencial de alíquota de empresas no exterior	(37)	559
Prejuízo fiscal e base negativa sem constituição de diferido	(216)	(60)
Outras exclusões (adições) permanentes, líquidas	94	(164)
IRPJ e CSLL apurados	(2.166)	(1.011)
Correntes	(1.461)	(455)
Diferidos	(705)	(556)
IRPJ e CSLL no resultado	(2.166)	(1.011)
Taxa efetiva - %	30%	29%

(b) Composição dos saldos de impostos diferidos

	2019	2018
	Reapresentado	
Créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa	2.371	2.669
Créditos tributários sobre diferenças temporárias		
Estimativa para perdas em investimentos, imobilizado e intangível	1.011	857
Provisões referente à processos judiciais	597	574
Benefício fiscal sobre ágio	504	503
Diferimento de ganhos em contratos de derivativos	343	(77)
Variação cambial	278	761
Obrigação para desmobilização de ativos	187	182
Uso do bem público - UBP	149	154
PPR - Provisão de participação no resultado	129	113
Passivos ambientais	109	128
Estimativa para perdas de estoques	93	78
Créditos de liquidação para perda estimada	74	62
Provisão para encargos de energia	54	49
Instrumentos Financeiros - compromisso firme	50	(8)
Provisão de obrigações previdenciárias	48	41
Estimativa para baixa de ativo	3	2
Outros créditos	168	197
Débitos tributários sobre diferenças temporárias		
Ajustes de vida útil do imobilizado (depreciação)	(1.981)	(2.192)
Mais valia de ativos da Milpo	(1.162)	(1.233)
Ajuste a valor justo na transação Suzano	(549)	
Amortização de ágio	(299)	(405)
Juros capitalizados	(206)	(141)
Mais valia de ativos	(182)	(435)
Ajuste a valor de mercado	(179)	123
Ganho pelo ajuste a valor justo na operação da VTRM	(48)	(50)
Ajuste a valor presente	(34)	(35)
Obrigação para desmobilização de ativos	(9)	(10)
Outros débitos	(265)	(22)
Líquido	1.254	1.885
Impostos diferidos ativos líquidos de mesma entidade jurídica	3.341	4.079
Impostos diferidos passivos líquidos de mesma entidade jurídica	(2.087)	(2.194)

(c) Efeito do imposto de renda e da contribuição social diferidos no resultado do exercício e no resultado abrangente

	2019	2018
	Reapresentado	
Saldo no início do exercício	1.885	2.114
Efeito em outros componentes do resultado abrangente - <i>hedge accounting</i>	49	396
Efeito no resultado do exercício - operações descontinuadas	51	112
Efeito de variação cambial em outros componentes do resultado abrangente	(29)	(196)
Efeito no resultado do exercício - operações continuadas	(705)	(556)
Outros	3	15
Saldo no fim do exercício	1.254	1.885

(d) Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa

	2019	Percentual
Em 2020	78	3%
Em 2021	364	15%
Em 2022	60	3%
Em 2023	140	6%
2024 em diante	1.729	73%
	2.371	100%

25 Provisões

Política contábil

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos tributários, cíveis, trabalhistas, ambientais e outras ações judiciais que se encontram em instâncias diversas. As provisões constituídas para fazer face às potenciais perdas decorrentes dos processos em curso são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e quando possuem provisão correspondente são apresentados de forma líquida em "Provisões". Os depósitos judiciais que não possuem provisão correspondente são apresentados no ativo não circulante.

(i) Provisões de natureza tributária, cível, trabalhista, ambiental e ações judiciais

As provisões para as perdas decorrentes de passivos contingentes classificadas como prováveis são reconhecidas contabilmente, desde que: (i) haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de eventos passados; (ii) é provável que será necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As perdas classificadas como possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo divulgadas nas notas explicativas. As contingências cujas perdas são classificadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas, exceto quando, em virtude da visibilidade do processo, a Companhia e suas controladas considerem sua divulgação justificada. A classificação das perdas entre possíveis, prováveis e remotas, baseia-se na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação, essas variações são reconhecidas no resultado do período. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

(ii) Obrigação com desmobilização de ativo

A mensuração das obrigações para desmobilização de ativos envolve julgamento sobre diversas premissas. Sob o ponto de vista ambiental, refere-se às obrigações futuras de restaurar/ recuperar o meio ambiente, para as condições ecologicamente similares às existentes, antes do início do projeto ou atividade ou de fazer medidas compensatórias, acordadas com os órgãos competentes, em virtude da impossibilidade do retorno a essas condições pré-existentes. Essas obrigações surgem a partir do início da degradação ambiental da área ocupada, objeto da operação ou a partir de compromissos formais assumidos com o órgão ambiental, cuja degradação precisa ser compensada. A desmontagem e retirada da operação de um ativo ocorre quando ele for permanentemente desativado, por meio de sua paralisação, venda ou alienação.

As obrigações consistem principalmente nos custos associados com o encerramento das atividades. O custo de desmobilização de ativos, equivalente ao valor presente da obrigação (passivo), é capitalizado como parte do valor contábil do ativo, que é depreciado ao longo de sua vida útil. Estes passivos são registrados como provisões.

A Companhia e suas controladas reconhecem uma obrigação segundo o valor justo para desmobilização de ativos no período em que elas ocorrerem, tendo como contrapartida o respectivo ativo intangível. A Companhia e suas controladas consideram as estimativas contábeis relacionadas com a recuperação de áreas degradadas e os custos de encerramento de uma mina como prática contábil crítica por envolver valores expressivos de provisão e se tratar de estimativas que envolvem diversas premissas, como taxas de juros, inflação, vida útil do ativo considerando o estágio atual de exaustão, os custos envolvidos e as datas projetadas de exaustão de cada mina. Estas estimativas são revisadas anualmente pela Companhia e suas controladas.

(iii) Obrigação para passivos ambientais

O passivo ambiental deve ser reconhecido quando existe obrigação por parte da Companhia e suas controladas que incorreu em custo ambiental ainda não desembolsado.

(a) Composição e movimentação

						2019	2018
	Processos judiciais						
	Obrigação para desmobilização de						
	ativos	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Outras	Total	Total
Saldo no início do exercício	1.334	853	84	283	41	2.595	2.587
Adições	33	93	245	41	9	421	314
Reversões		(41)	(36)	(46)	(14)	(137)	(434)
Depósitos judiciais, líquidos das baixas		(3)	26	8		31	80
Liquidações com efeito caixa	(61)	(18)	(19)	(20)	(4)	(122)	(156)
Liquidações com depósitos judiciais			(137)	(26)		(163)	(14)
Efeito de controladas excluídas na consolidação							(26)
Ajuste a valor presente	78					78	67
Atualização (reversão) monetária	1	(7)	13	12	(2)	17	82
Variação cambial	32	1				33	98
Reavaliação de fluxo de caixa (i)	384					384	(3)
Saldo no final do exercício	1.801	878	176	252	30	3.137	2.595

(i) Valor refere-se, substancialmente, ao item 1.1 (q).

(b) Provisões tributárias, cíveis, trabalhistas, ambientais, outras e depósitos judiciais remanescentes

	2019				2018			
	Depósitos judiciais	Montante provisionado	Total líquido	Depósitos judiciais remanescentes (i)	Depósitos judiciais	Montante provisionado	Total líquido	Depósitos judiciais remanescentes (i)
Tributárias	(129)	1.007	878	182	(126)	979	853	545
Trabalhistas	(110)	286	176	46	(214)	298	84	80
Cíveis	(21)	273	252	108	(28)	311	283	124
Outras	(1)	31	30	9	(1)	42	41	6
	(261)	1.597	1.336	345	(369)	1.630	1.261	755

(ii) Variação decorre, substancialmente, do levantamento de depósitos judiciais referentes ao processo de ICMS na base de cálculo de PIS e COFINS.

(c) Processos com probabilidade de perdas consideradas possíveis

A Companhia e suas controladas tem ações envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída.

	2019	2018
Tributárias (c.1)	11.671	11.162
Cíveis (c.2)	7.900	7.430
Ambientais	612	516
Trabalhistas e previdenciárias	276	374
	20.459	19.482

(c.1) Comentários sobre passivos contingentes tributários com probabilidade de perda possível

A seguir são comentados os principais passivos contingentes relacionados a processos tributários em andamento com probabilidade de perda possível, para os quais não há qualquer provisão contabilizada. No quadro a seguir apresentamos uma análise da relevância desses processos:

Natureza	2019	2018
IRPJ/CSLL: auto de infração	1.686	1.884
IRPJ/CSLL: lucros auferidos no exterior	1.096	1.052
ICMS: creditamento	818	818
PIS/COFINS: glosa de saldo negativo	713	680
CFEM: Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais	499	608
IRPJ/CSLL: glosa de saldo negativo	485	493
ICMS: cobrança de imposto	308	315
Compensação de prejuízo fiscal: trava 30% (incorporação)	299	286
ICMS: sobre encargos de energia elétrica	222	204
IRPJ/CSLL: preço de transferência	206	198
Erro de classificação fiscal: Importação	181	172
ICMS: cobrança em razão de divergências quanto à destinação do bem	108	104
IRPJ/CSLL: dedução de despesas	77	74
Demais processos	4.973	4.274
	11.671	11.162

(i) IRPJ/CSLL: auto de infração

Em dezembro de 2016, a controlada VCSA foi autuada pela Receita Federal do Brasil no valor histórico de R\$ 470 exigindo a cobrança de IRPJ e CSLL relativos ao período de 2011, em função de suposta dedução indevida de despesas e custos operacionais. Em janeiro de 2018, a VCSA tomou ciência da decisão de primeira instância da Delegacia Especial da Receita Federal, que julgou parcialmente procedente a impugnação reduzindo aproximadamente R\$ 114 do auto. Em dezembro de 2018, foi julgado desfavoravelmente o Recurso de Ofício da PGFN e o Recurso Voluntário foi julgamento parcialmente procedente para a VCSA. A PGFN interpôs Recurso Especial que foi parcialmente admitido e no momento a VCSA aguarda ser intimada para apresentar Contrarrazões ao Recurso Especial da PGFN para a parte admitida, bem como apresentação de recurso contra a parte do acórdão de Recurso Voluntário julgada de forma desfavorável. Em 31 de dezembro de 2019, o montante atualizado da contingência é de R\$ 580, sendo que R\$ 53 está avaliado como provável e possui provisão devidamente constituída, o montante de R\$ 219 está avaliado como possível e o restante como remoto totalizando a quantia de R\$ 308.

Em dezembro de 2017, a VCSA foi autuada pela Receita Federal do Brasil no montante de R\$ 1.295, por suposta ausência de recolhimento ou pagamento a menor de IRPJ e CSLL relativos ao período entre 2012 e 2013, em função de: (i) ganho de capital supostamente obtido em decorrência de permuta realizada pela VCSA; e (ii) amortização de ágio supostamente incorreta. Em outubro de 2018, a VCSA tomou conhecimento da decisão de primeira instância, que julgou desfavorável a impugnação. No momento aguarda o julgamento do Recurso Voluntário pelo CARF. Em 31 de dezembro de 2019, o montante atualizado em contingência é de R\$ 1.467 e está avaliado como possível.

(ii) IRPJ/CSLL: lucros auferidos no exterior

A Companhia e suas controladas possuem autuações lavradas pela Receita Federal do Brasil (RFB), por suposta falta de recolhimento de IRPJ e CSLL, sobre lucros auferidos no exterior por suas controladas ou coligadas, nos períodos de 2007, 2008, 2010, 2012, 2013 e 2014.

Saldo composto substancialmente pela Companhia, no montante de R\$ 1.096 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 1.052 em 31 de dezembro de 2018). Todos os casos aguardam julgamento na esfera administrativa.

(iii) ICMS: creditamento

Entre os anos de 2011 e 2013, foram lavrados oito autos de infração e imposição de multa em face de sua controlada Citrovia Agro Industrial Ltda. (“CAI”), visando, principalmente, à cobrança do ICMS creditado, conforme destacado em notas fiscais de transferência de outras filiais, com o fim específico de exportação, cujas saídas não são tributadas. Os autos de infração totalizam, em 31 de dezembro de 2019, o montante de R\$ 818.

(iv) PIS/COFINS: glosa de saldo negativo

Saldo composto substancialmente pela controlada CBA, a qual possui em trâmite Despachos Decisórios e Autos de infração, relativos às glosas de créditos de PIS e COFINS referentes aos itens aplicados no processo produtivo, que no entendimento da Receita Federal do Brasil, não gerariam direito ao crédito das referidas contribuições. O montante atualizado em 31 de dezembro de 2019 corresponde a R\$ 690. Atualmente, todos os processos aguardam decisão administrativa.

No entendimento da Administração e na opinião de seus consultores jurídicos independentes, diante dos precedentes e jurisprudência, a probabilidade de perda do processo é considerada possível.

(v) CFEM: Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais

As controladas Nexa BR, CBA e VCSA possuem diversas autuações lavradas pelo Departamento Nacional de Produção Mineral –“DNPM” por suposta falta de pagamento ou recolhimento a menor de CFEM, dos períodos de 1991 a 2015. Em 31 de dezembro de 2019, o montante de perda possível perfaz a quantia de R\$ R\$ 499.

(vi) IRPJ/CSLL: glosa de saldo negativo

A VSA e suas controladas receberam despachos decisórios relativos a glosa de créditos de saldo negativo de IRPJ e CSLL. O valor objeto de discussão nos processos totaliza a quantia de R\$ 485, em dezembro de 2019.

Atualmente, os casos aguardam decisão administrativa em razão da apresentação de impugnação pela Companhia e suas Controladas.

No entendimento da Administração e na opinião de seus consultores jurídicos independentes, verifica-se que houve equívoco por parte da RFB quando da apreciação dos valores apresentados pela Companhia e suas controladas, razão pela qual a probabilidade de perda dos processos é considerada possível.

(vii) ICMS: cobrança de imposto

No quarto trimestre de 2016, a controlada CAI recebeu um auto de infração cujo valor atualizado até 31 de dezembro de 2019 perfaz o montante de R\$ 128. O processo atualmente aguarda julgamento do recurso especial interposto pela empresa junto ao Tribunal de Impostos e Taxas de São Paulo.

(viii) ICMS: sobre encargos de energia elétrica

A controlada CBA possui discussões judiciais e administrativas no que se refere a incidência de ICMS sobre os encargos setoriais incidentes na tarifa de energia elétrica. Em 31 de dezembro de 2019, o valor em controvérsia destas discussões totaliza o montante de R\$ 222

No entendimento da Administração e na opinião de seus consultores jurídicos independentes, a atuação é improcedente, razão pela qual a probabilidade de perda do processo é considerada possível.

(ix) IRPJ/CSLL: preço de transferência

Entre os anos de 2007 e 2010 foram lavrados quatro autos de infração em face de sua controlada CAI visando à cobrança de IRPJ e CSLL e o ajuste na base de prejuízo fiscal e na base negativa da CSLL, em virtude de glosas perpetradas nos ajustes realizados pela empresa na realização dos cálculos dos preços de transferência, nos exercícios de 2003 e 2004. Em outubro de 2018, um dos casos foi encerrado de forma favorável à CAI, restando sob discussão administrativa o montante de R\$ 206, atualizado até 31 de dezembro de 2019. Os processos ativos aguardam julgamento de recursos pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

(x) Erro de classificação fiscal: Importação

Em março de 2017, a controlada CBA foi autuada em razão de suposto erro na classificação fiscal na importação de insumo, acarretando na exigência de tributos (IPI, PIS, COFINS e II), cujo valor em dezembro de 2019 perfaz, a quantia de R\$ 181.

Por entender indevida a atuação lavrada, a CBA apresentou impugnação que foi julgada de forma favorável em primeira instância administrativa. Atualmente, o caso aguarda julgamento pelo CARF do recurso voluntário apresentado pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

No entendimento da Administração e na opinião de seus consultores jurídicos independentes a probabilidade de perda do referido processo é considerada possível.

(xi) ICMS: cobrança em razão de divergências quanto à destinação do bem

A controlada CBA foi autuada por suposta falta de pagamento de ICMS. Em 31 de dezembro de 2019 o valor dessas autuações totaliza o montante de R\$ 108.

No entendimento da Administração e na opinião de seus consultores jurídicos independentes, os critérios adotados com relação a destinação dos bens estão em conformidade com a legislação pertinente e a probabilidade de perda do processo é considerada possível.

(xii) IRPJ/CSLL: dedução de despesas

Em dezembro de 2016 a sua controlada CAI foi autuada por autoridades da RFB objetivando a cobrança de IRPJ e CSLL, em razão da glosa de exclusões da base de cálculos dos referidos tributos no ano-calendário de 2011. O valor exigido pelo auto de infração perfaz o montante de R\$ 77. No último trimestre de 2018 houve o cancelamento parcial do auto de infração pela Delegacia Regional de Julgamento (DRJ), aguardando-se, atualmente, o julgamento do recurso voluntário apresentado.

(c.2) Composição dos passivos contingentes cíveis com probabilidade de perda possível

Natureza	2019	2018
Ação Civil Pública – Infração à ordem econômica	4.176	4.023
Investigações administrativas pela Secretaria de Direito Econômico	2.105	2.052
Demais processos	1.619	1.355
	7.900	7.430

(i) Ação Civil Pública – Infração à ordem econômica

O Ministério Público do Rio Grande do Norte ajuizou ação civil pública contra a controlada VCSA, juntamente com outras oito empresas acusadas, incluindo várias das maiores fabricantes de cimento do Brasil, alegando violação à lei brasileira antitruste, como resultado de suposta formação de cartel, na qual buscam, entre outras coisas, que: (1) os demandados paguem uma indenização, em forma conjunta, no montante de R\$ 5.600 em favor dos autores de ação civil pública por danos morais e coletivos; (2) os demandados paguem 10% do montante total pago por cimento ou concreto adquiridos pelos consumidores das marcas negociadas pelos réus, no período compreendido entre os anos de 2002 e 2006, a título de indenização por danos à consumidores individuais; e (3) os réus sofram as seguintes penalidades previstas nos artigos 23, inciso I e 24 da Lei nº 8.884/1994: (i), além da multa referida no item (1) acima, uma multa que varia de 1% a 30% das receitas brutas anuais relativas ao exercício social imediatamente anterior ao ano em que o processo administrativo foi iniciado, mas não menor do que a vantagem monetária adquirida; e (ii) proibição, por um período de pelo menos cinco anos, da obtenção de financiamentos de instituições financeiras governamentais ou da participação em processos de licitação realizados pelos governos federal, estadual ou municipal entidades governamentais ou com as agências governamentais. Em virtude da quantidade total de demandas referidas no item (1) acima no montante de R\$ 5.600 e das reivindicações alegando a responsabilidade solidária, a VCSA estimou que, com base em sua estimativa de participação de mercado, a sua parte do passivo seria de aproximadamente R\$ 2.400. No entanto, não pode haver nenhuma garantia de que essa repartição iria prevalecer e que VCSA não será responsabilizada por uma proporção diferente, o que pode ser maior, ou para toda a quantidade dessas demandas. Além disso, não pode haver garantia de que a VCSA não será obrigada a pagar outros montantes a título de indenização por danos causados aos consumidores em conformidade com o item (2) acima e/ou a multa referida no item (3) acima.

No último trimestre de 2018 foi proferido despacho saneador rejeitando as preliminares arguidas pelos réus e determinando a produção de prova pericial. No momento aguarda-se decisão sobre embargos de declaração opostos contra referido saneador. A expectativa de perda sob este assunto é considerada possível e não foi registrada nenhuma provisão para esta ação. Em 31 de dezembro de 2019, o montante atualizado da contingência é de R\$ 4.176.

(ii) Investigações administrativas iniciadas pela SDE (Secretaria de Direito Econômico), atual Superintendência Geral do CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica)

Em 2006, a SDE instaurou processo administrativo contra as maiores empresas de cimento do Brasil, incluindo a VCSA, baseado em alegações de práticas anticoncorrenciais que incluíam a fixação de preços e a formação de um cartel. Após a instrução, o tribunal do CADE julgou o processo e chegou aos termos finais da sentença em 29 de julho de 2015, aplicando diversas penalidades às empresas.

As sanções impostas à VCSA incluem uma multa de aproximadamente R\$ 1.566 e a obrigação de a VCSA vender (1) todas as suas participações acionárias em outras cimenteiras e empresas de concreto no Brasil, (2) 20% de sua capacidade instalada de serviços de concreto no Brasil, nos mercados relevantes em que a VCSA possua mais de uma planta de concreto e (3) um ativo específico de cimento, que, na opinião do CADE, estava diretamente relacionado ao suposto ato ilegal do qual a VCSA é acusada. Além disso, outras sanções não-monetárias foram impostas à VCSA, incluindo (1) a obrigação de publicar o extrato da decisão do CADE em um jornal dentre os cinco maiores periódicos nacionais; (2) a proibição de contratação com instituições

financeiras oficiais no caso de linhas de crédito com condições de financiamento subsidiadas por programas ou recursos públicos disponibilizados por tais instituições; e (3) a recomendação à Receita Federal para restringir ou limitar alguns outros benefícios e incentivos fiscais. Em 31 de dezembro de 2019, o montante atualizado da contingência é de R\$ 2.105.

A VCSA ajuizou em novembro de 2015 uma ação anulatória para anular a decisão proferida em âmbito administrativo ou, ao menos, reduzir as penalidades aplicadas. A liminar foi concedida em 24 de novembro de 2015, para suspender os efeitos da decisão proferida pelo CADE em âmbito administrativo, impedindo o CADE de exigir o cumprimento das obrigações e/ou executar as penalidades até julgamento do mérito. O CADE foi citado e apresentou sua defesa ao passo que a VCSA apresentou sua réplica em novembro de 2016. Recentemente, foi deferida prova pericial econômica. As partes indicaram assistentes técnicos e formularam quesitos. Aguarda-se manifestação do perito informando se aceita o encargo e apresentando estimativa de honorários. A VCSA classificou a probabilidade de perda do processo como possível.

No decorrer do ano de 2017, algumas construtoras e concreteiras ingressaram com ações de cunho indenizatório, em desfavor da VCSA e outras empresas que foram condenadas pelo CADE, em virtude de suposto cartel nos mercados de cimento e concreto, alegando, em suma, que a prática de cartel ensejou danos patrimoniais e extrapatrimoniais. Em janeiro de 2018, foi proferida a primeira sentença de improcedência com julgamento de mérito nas ações indenizatórias. Em dezembro de 2019, já existem vinte e seis sentenças de improcedência em primeira instância. Ademais, em dez dessas ações já se reconheceu que eventuais danos oriundos dos fatos apurados no processo administrativo do CADE já estariam prescritos, sendo sete delas em sentenças terminativas.

26 Uso do bem público - UBP

Política contábil

O montante é originalmente reconhecido como um passivo financeiro (obrigação) e como um ativo intangível (direito de uso de um bem público), que corresponde ao montante das despesas totais anuais ao longo do período do contrato descontado a valor presente (valor presente dos fluxos de caixa futuros de pagamento).

As controladas possuem ou participam de empresas que detêm contratos de concessão do setor de energia elétrica. Esses contratos preveem, em sua grande maioria, pagamentos anuais a partir do início da operação e reajuste pelo IGPM a título de uso do bem público - UBP.

Os contratos apresentam prazo de duração média de 35 anos, e os valores a serem pagos anualmente estão demonstrados a seguir:

							2019		2018	
Usinas / Empresas	Investidora	Data início da concessão	Data fim da concessão	Data início pagamento	Participação	Ativo intangível		Ativo intangível		
						(Nota 19)	Passivo	Participação	(Nota 19)	Passivo
Salto Pilão	Companhia Brasileira de Alumínio	nov-01	dez-36	jan-10	60%	173	538	60%	184	518
Salto do Rio Verdinho	Companhia Brasileira de Alumínio	ago-02	set-37	out-10	100%	7	22	100%	7	21
Itupararanga	Companhia Brasileira de Alumínio	nov-03	dez-23	jan-04	100%		2	100%		2
Piraju	Companhia Brasileira de Alumínio	dez-98	jan-34	fev-03	100%	1	6	100%	1	6
Ourinhos	Companhia Brasileira de Alumínio	jul-00	ago-35	set-05	100%	1	5	100%	1	5
Baesa - Energética Barra Grande	Companhia Brasileira de Alumínio	jun-01	mai-36	jun-07	15%	12	45	15%	13	45
Capim Branco I e Capim Branco II	Pollarix S.A.	ago-01	set-36	out-07	13%	2	12	13%	3	11
Picada	Pollarix S.A.	mai-01	jun-36	jul-06	100%	17	76	100%	17	69
Enercan - Campos Novos Energia S.A	CBA Energia Participações S.A.	abr-00	mai-35	jun-06	24%	2	7	24%	2	7
Enercan - Campos Novos Energia S.A	Pollarix S.A.	abr-00	mai-35	jun-06	21%	2	6	21%	2	6
Pedra do Cavalo	Votorantim Cimentos N/NE S.A.	mar-02	abr-37	abr-06	100%	106	519	100%	112	499
						323	1.238		342	1.189
Circulante							87			83
Não circulante						323	1.151		342	1.106
						323	1.238		342	1.189

27 Receita diferida – obrigação por performance

Política contábil

A receita diferida, oriunda da antecipação de recebíveis com instituições financeiras, representa uma obrigação que as controladas têm de entregar fisicamente a energia elétrica já vendida aos clientes e consequentemente repassar a instituição financeira o valor recebido pela venda de energia. A obrigação é realizada mensalmente, após a transferência da energia ao cliente e consequente repasse financeiro a instituição financeira.

Em dezembro de 2014, a controlada indireta Votener cedeu a uma instituição financeira os direitos creditórios com vencimento até dezembro de 2019 decorrentes de alguns contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (“CCEAR”), que estão sendo realizados com a entrega física de energia. Esta transação correspondeu ao montante de R\$ 1.252, e não possui qualquer direito de regresso e/ou tipo de coobrigação da empresa sobre os direitos creditórios. Pela cessão dos direitos creditórios a Votener recebeu o montante total de R\$ 905, sendo que os juros a apropriar da operação estão sendo reconhecidos pró-rata ao resultado durante o prazo do contrato.

Em maio de 2015, a Votener realizou segunda operação de cessão de créditos, sem qualquer direito de regresso e/ou tipo de coobrigação da controlada, no montante total de R\$ 368. Pela cessão dos direitos creditórios, a Votener recebeu o valor total R\$ 251, sendo que os juros a apropriar da operação estão sendo reconhecidos pró-rata ao resultado durante o prazo do contrato.

O valor atualizado destas operações em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 32 (31 de dezembro de 2018, R\$ 271).

28 Benefícios de plano de pensão e saúde pós-emprego

Política contábil

A Companhia, por meio das controladas no exterior (VCNA, VCEAA, Artigas e Acerías Paz del Río S.A.) e no Brasil (VCNNE) participa de planos de pensão, administrados por entidade fechada de previdência privada, que provêm a seus empregados benefícios pós-emprego.

O passivo com relação aos planos de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, com o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando-se taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e têm prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão. Em países, como o Brasil, onde não existe mercado ativo em tais obrigações, são utilizadas as taxas de mercado sobre títulos do governo.

Ganhos e perdas decorrentes de mudanças nas premissas atuariais e plano de pensão são reconhecidos em “Ajustes de avaliação patrimonial”, no período em que ocorrerem.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do funcionário no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

Para os planos de contribuição definida, as controladas da Companhia pagam contribuições para os administradores dos planos de pensão em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. O grupo não tem mais obrigações de pagamento uma vez que as contribuições tiverem sido pagas. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando são devidas. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

A Companhia possui controladas com planos de contribuição definido para seus empregados. Algumas subsidiárias, no entanto, possuem plano de benefício definido.

A tabela abaixo demonstra onde estão alocados os saldos e atividades referentes ao benefício pós-emprego na demonstração financeira consolidada.

	2019	2018
Direito registrado no balanço patrimonial		
Benefícios de plano de pensão	40	25
Ativo registrado no balanço patrimonial	40	25
Obrigações registradas no balanço patrimonial com:		
Benefícios de plano de pensão	172	155
Benefícios de saúde pós-emprego	195	164
Passivo registrado no balanço patrimonial	367	319
Despesas reconhecidas no resultado do exercício com:		
Benefícios de plano de pensão	18	19
Benefícios de saúde pós-emprego	13	12
	31	31
Remensurações com:		
Benefícios de plano de pensão - valor bruto	35	(39)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(10)	5
Benefícios de plano de pensão - valor líquido	25	(34)

(a) Plano de contribuição previdenciária definida

A Companhia e suas controladas patrocinam planos de pensão previdenciários privados que são administrados pela Fundação Senador José Ermírio de Moraes (Funsejem), um fundo de pensão privado e sem fins lucrativos, que está disponível para todos os empregados. De acordo com o regulamento do fundo, as contribuições dos empregados à Funsejem são definidas de acordo com sua remuneração. Para empregados que possuam remuneração menor do que os limites estabelecidos pelo regulamento, a contribuição definida é de até 1,5% de sua remuneração mensal. Para empregados que possuam remuneração superior aos limites, a contribuição definida é de até 6% da sua remuneração mensal. Podem ser feitas também contribuições voluntárias à Funsejem. Após terem sido efetuadas as contribuições ao plano, nenhum pagamento adicional é exigido pela Companhia.

(b) Plano de benefício previdenciário definido

A Companhia possui controladas com planos de benefícios previdenciários definidos na América do Norte, América do Sul e Europa, que seguem padrões regulatórios similares. Os planos de benefícios previdenciários definidos oferecem também assistência médica e seguro de vida, entre outros. O custo dos benefícios por aposentadoria e outros benefícios desses planos, concedidos aos empregados elegíveis, é determinado através do método do benefício projetado "pro rata", tomando como base a melhor estimativa da Administração para o retorno dos ativos do plano, reajuste de salários, tendências de custos e as taxas de mortalidade e idade média de aposentadoria dos empregados.

Os montantes reconhecidos no balanço patrimonial estão demonstrados a seguir:

	2019	2018
Valor presente de obrigações financiadas	1.175	1.031
Valor justo de ativos do plano	(951)	(814)
Déficit de planos financiados	224	217
Valor presente de obrigações não-financiadas	88	68
Déficit total de planos de benefícios previdenciários	312	285
Impacto do requerimento mínimo do fundo / máximo dos ativos	15	9
Passivo líquido do ativo	327	294

A movimentação da obrigação do benefício definido e do valor justo dos ativos do plano durante o exercício é demonstrada a seguir:

	2019			2018		
	Valor presente das obrigações financiadas e não		Valor justo dos ativos do plano	Impacto no requerimento mínimo dos fundos/limite do		Total
	ativados	Total		ativo	Total	
Saldo no início do exercício	1.100	(815)	285	9	294	317
Custo do serviço corrente	8		8		8	9
Despesa (receita) financeira	57	(33)	24		24	25
Custo do serviço passado e reduções nos benefícios	(3)		(3)	1	(2)	(2)
	62	(33)	29	1	30	32
Remensurações:						
Retorno dos ativos, excluindo a quantia incluída como receita financeira		(78)	(78)		(78)	29
Perdas (ganhos) decorrentes de mudanças nas premissas demográficas	(8)		(8)		(8)	
Perdas (ganhos) decorrentes de mudanças das premissas financeiras	126		126		126	(69)
Perdas (ganhos) decorrentes da experiência	(14)		(14)		(14)	(6)
Mudanças no limite do ativo, excluindo a quantia incluída como despesa financeira				6	6	7
	104	(78)	26	6	32	(39)
Variações cambiais	73	(57)	16		16	30
Contribuições:						
Empregador		(10)	(10)		(10)	(6)
Pagamentos dos planos:						
Pagamento de benefícios	(56)	21	(35)		(35)	(36)
Reclassificação para passivos relacionados a ativos mantidos para venda						(4)
Saldo no final do exercício	1.283	(972)	311	16	327	294

A obrigação de benefício definido e ativos do plano estão compostos, por região, conforme abaixo:

	2019						2018					Percentual
	América do					Total	América do					
	Brasil	Europa	Norte	Colômbia	Total		Brasil	Europa	Norte	Uruguai	Colômbia	
Valor presente da obrigação	44	14	825	292	1.175	43	29	697		263	1.032	
Valor justo de ativos do plano	(61)	14	(739)	(151)	(951)	(53)	29	(619)		(142)	(814)	
	(17)	14	86	141	224	(10)	29	78	5	121	218	
Valor presente de obrigações não-financiadas		52	33	3	88		31	32			68	
Impacto do requerimento mínimo do fundo/máximo dos ativos	15				15	8					8	
	(2)	66	119	144	327	(2)	60	110	5	121	294	

As premissas atuariais usadas foram as seguintes:

	2019						2018					
	América do					Total	América do					
	Brasil	Europa	Norte	Colômbia	Total		Brasil	Europa	Norte	Uruguai	Colômbia	Total
Taxa de desconto	6,54%	8,47%	3,00%	6,30%	6,08%	10,51%	6,12%	3,84%	10,92%	7,50%	7,78%	
Taxa de Inflação	3,50%	3,90%	2,00%	3,50%	3,23%	5,37%	1,33%	2,00%		3,50%	3,05%	
Aumentos salariais futuros	2,94%	7,57%	2,50%	3,50%	4,13%	4,88%	7,00%	2,50%	6,92%	3,50%	4,96%	
Aumentos de planos de pensão futuros	3,50%				3,50%	5,37%					5,37%	

(c) Benefícios pós-emprego (planos de pensão e saúde)

A Companhia opera planos de benefícios de saúde pós-emprego através de suas controladas indiretas na América do Norte, VCNA, e na Europa, VCEAA. O método de contabilização, as premissas e a frequência das avaliações são semelhantes àquelas usadas para os planos de pensão de benefício definido. A maioria desses planos não é financiada.

As obrigações referentes a estes planos estão inclusas na movimentação das obrigações de benefício definido, apresentada anteriormente.

29 Patrimônio líquido

Política contábil

(i) Capital social

É representado exclusivamente por ações ordinárias que são classificadas no patrimônio líquido.

(ii) Distribuição de dividendos

É reconhecido como um passivo nas demonstrações financeiras ao fim do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório, 25% do lucro do exercício deduzido de reserva legal, somente é provisionado na data de aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de dividendos.

(iii) Lucro líquido (prejuízo) básico por ação

É calculado dividindo o lucro líquido (prejuízo) atribuído aos acionistas controladores pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação para cada período. A média ponderada de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação.

(iv) Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, limitado a 20% do capital social. Sua finalidade é assegurar a integridade do capital social. Ela poderá ser utilizada somente para compensar prejuízo e aumentar o capital. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de reserva legal. A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos da Companhia.

(v) Reserva para incentivos fiscais

A reserva de incentivos fiscais é creditada com os benefícios de incentivos fiscais, que são reconhecidos na demonstração do resultado do ano e alocados de lucros acumulados para esta reserva. Esses incentivos não são incluídos no cálculo do dividendo mínimo obrigatório.

(vi) Ajuste de avaliação patrimonial

Os ajustes de avaliação patrimonial incluem:

- (a) Parcela efetiva da variação líquida acumulada do valor justo dos instrumentos de *hedge* utilizados em *hedge* de fluxo de caixa até o reconhecimento dos fluxos de caixa que foram protegidos;
- (b) Ajustes acumulados de conversão com as diferenças de câmbio decorrentes da conversão das demonstrações financeiras de operações no exterior;
- (c) Parcela efetiva com diferenças de câmbio de *hedge* de investimentos líquidos da Companhia em uma operação no exterior; e
- (d) Perdas (ganhos) atuariais e mensurações com benefícios de aposentadoria.

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o capital social totalmente subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 28.656, composto por 18.278.789 mil ações ordinárias nominativas.

(b) Dividendos

No segundo trimestre de 2019, foi deliberado em Assembleia Ordinária e Extraordinária o cancelamento dos dividendos mínimos obrigatórios de 2018, no montante de R\$ 415.

Durante o primeiro semestre de 2019, a Companhia deliberou o pagamento à sua controladora Hejoassu Administração S.A. o montante de R\$ 1.475 correspondente a dividendos relativos a parte do saldo da conta de "Reservas de lucros" acumulados até 31 de dezembro de 2018.

(c) Ajustes de avaliação patrimonial

	Atribuível aos acionistas controladores							
	Variação cambial de investimento no exterior	Hedge accounting de investimentos líquidos no exterior	Hedge accounting operacional de controladas	Valor justo de ativos disponíveis para venda	Valor justo das ações da Suzano	Remensurações com benefícios de aposentadoria	Outros componentes do resultado abrangente	Total
Em 1º de janeiro de 2018	4.990	(4.175)	(118)	266		(81)	(148)	734
Variação cambial de investidas localizadas no exterior	1.555							1.555
Hedge accounting de investimentos líquidos no exterior, líquido de efeitos tributários		(931)						(931)
Hedge accounting operacional de controladas			158					158
Valor justo de ativo disponível para venda de investimentos não consolidados				(74)				(74)
Remensurações dos benefícios de aposentadoria, líquidas de efeitos tributários						34		34
Ajuste de inflação para economias hiperinflacionárias							419	419
Imposto diferido sobre mais valia St. Mary's							43	43
Participação nos outros resultados abrangentes das investidas							(1)	(1)
Em 31 de dezembro de 2018 (Reapresentado)	6.545	(5.106)	40	192		(47)	313	1.937
Variação cambial de investidas localizadas no exterior	96							96
Hedge accounting de investimentos líquidos no exterior, líquido de efeitos tributários		92						92
Hedge accounting operacional de controladas			(39)					(39)
Valor justo de ativo disponível para venda de investimentos não consolidados				43				43
Realização de resultados abrangentes na alienação de participação na Fibria	(15)							(15)
Ajuste a valor justo das ações da Suzano, líquido de efeitos tributários					(121)			(121)
Realização de resultados abrangentes na liquidação da Voto - Votorantim Overseas Trading Operations IV Ltd.	(108)							(108)
Reclassificação entre componentes do resultado abrangente	(103)	22	(16)			(7)	104	(63)
Perda no aporte de capital na Nexa Resources S.A.							(63)	(63)
Ajuste de inflação para economias hiperinflacionárias							340	340
Remensurações dos benefícios de aposentadoria, líquidas de efeitos tributários						(133)		(133)
Perda no aporte de capital na Acerías Paz Del Rio							(57)	(57)
Participação nos outros resultados abrangentes das investidas							(24)	(24)
Em 31 de dezembro de 2019	6.415	(4.992)	(15)	235	(121)	(187)	613	1.948

(d) Participação dos acionistas não controladores

	2019	2018
Nexa Resources S.A.	3.158	3.431
Nexa CJM	826	885
Nexa Perú	446	564
Cementos Artigas S.A.	203	212
Yacuces, S.L.	124	139
Itacamba Cimento S.A.	100	99
Acerías Paz Del Rio S.A.	63	22
Outros	218	271
	5.138	5.623

30 Receita líquida dos produtos vendidos e dos serviços prestados

Política contábil

A receita representa o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de bens no curso normal das atividades de suas controladas. A receita é mostrada líquida do imposto sobre valor agregado, devoluções e descontos, após a eliminação das vendas entre as empresas consolidadas.

As controladas reconhecem a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade; e (iii) critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e de suas controladas.

A receita não será considerada medida de forma confiável se todas as condições de venda não forem resolvidas. As controladas baseiam suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificidades de cada acordo.

O reconhecimento de receita é baseado nos seguintes princípios:

(i) Venda de produtos e serviços

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas consolidadas.

(ii) Venda de energia elétrica

Os contratos de venda de energia da Companhia são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na CCEE, agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o sistema integrado nacional (SIN).

A medição contábil do volume de energia a ser faturado decorre do processamento da medição física, ajustada ao rateio das perdas informadas pela CCEE.

As operações de venda de energia, as quais atendem a definição de instrumento financeiro, são reconhecidas contabilmente nas demonstrações financeiras pelo seu valor justo.

(a) Reconciliação das receitas

	2019	Reapresentado 2018
Receita bruta		
Vendas de produtos no mercado interno	15.478	15.901
Vendas de produtos no mercado externo	16.189	16.012
Fornecimento e suprimento de energia elétrica	3.180	3.314
Venda de serviços	600	521
	35.447	35.748
Impostos sobre vendas, serviços e outras deduções	(4.540)	(4.817)
Receita líquida	30.907	30.931

b) Informações sobre áreas geográficas

A abertura da receita líquida por destino é baseada na localização dos clientes. As receitas líquidas de suas controladas classificadas por destino e por moeda são demonstradas como segue:

(i) Receita líquida por país de destino

	2019	Reapresentado 2018
Brasil	15.049	15.268
Estados Unidos	3.664	2.961
Peru	2.350	2.459
Argentina	1.346	1.421
Colômbia	1.196	1.260
Canadá	1.224	1.137
Espanha	605	676
Turquia	414	663
Luxemburgo	571	631
Suíça	417	598
Marrocos	487	447
Uruguai	353	390
Japão	282	344
Bolívia	351	304
Bélgica	101	257
Tunísia	253	232
Taiwan	132	231
Chile	322	202
Austria	157	147
Cingapura	392	139
Alemanha	90	76
Equador	51	64
Itália	73	50
Índia	3	29
Outros países	1.024	945
	30.907	30.931

ii) Receita líquida por moeda

	Reapresentado	
	2019	2018
Real	14.696	15.028
Dólar norte-americano	10.478	10.082
Dólar canadense	1.224	1.127
Peso colombiano	1.043	1.066
Peso argentino	1.088	1.062
Euro	698	729
Lira turca	275	488
Dirham marroquino	487	447
Dinar tunisiano	257	232
Outras moedas	661	670
	30.907	30.931

31 Abertura do resultado por natureza

				2019	2018
				Reapresentado	
	Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Matérias-primas, insumos e materiais de consumo	15.010	23	12	15.045	15.460
Despesas com benefícios a empregados (a(ii))	2.995	394	1.111	4.500	4.700
Depreciação, amortização e exaustão	2.901	42	124	3.067	2.455
Despesas de transporte	2.034	36	7	2.077	1.817
Serviços de terceiros	1.481	92	839	2.412	2.024
Outras despesas	1.391	286	403	2.080	1.465
	25.812	873	2.496	29.181	27.921

(a) Despesas com benefícios a empregados

(i) Assistência médica (pós-aposentadoria) – Benefícios a empregados

O passivo relacionado ao plano de assistência médica aos aposentados é registrado pelo valor presente da obrigação, menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustado por ganhos e perdas atuariais e custos de serviços passados, de forma similar à metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido. A obrigação da assistência médica pós-aposentadoria é calculada anualmente por atuários independentes. O valor presente da obrigação de benefício de assistência médica pós-aposentadoria é determinado pela estimativa de saída futura de caixa.

Ganhos e perdas decorrentes de mudanças nas premissas atuariais são reconhecidos integralmente em “Ajustes de avaliação patrimonial”, no período em que ocorrerem.

(ii) Participação dos empregados no resultado – Benefícios a empregados

São registradas provisões para reconhecer a despesa referente à participação dos empregados nos resultados. Essas provisões são calculadas com base em metas qualitativas e quantitativas definidas pela Administração e contabilizadas no resultado como “Benefícios a empregados”.

	2019	2018
Salários e adicionais	2.787	2.951
Encargos sociais	1.066	1.040
Benefícios	647	709
	<u>4.500</u>	<u>4.700</u>

32 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Nota	2019	2018
			Reapresentado
Ganho líquido na venda de investimento - Fibria	1.1 (b)	6.772	
Recuperação de tributos (i)		817	498
Reversão (provisão) de impairment de imobilizado e intangível	18 e 19	(714)	53
Gastos com projetos não ativáveis		(467)	(575)
Provisões judiciais líquidas		(270)	(18)
Instrumento financeiro - compromisso firme	16	(196)	(132)
Benefícios fiscais		144	110
Ganho de aluguéis e arrendamentos		56	57
Royalties de mineração e direito de exploração		(56)	(46)
Ganho na venda de sucata		54	48
Perda líquida na venda de investimentos		(53)	
Ganho líquido na venda de imobilizado e intangível		8	42
Ganho de <i>hedge</i>		7	75
Ganho pelo ajuste a valor justo na desconsolidação da VTRM			300
Resultado líquido da venda de investimento - US Zinc			126
Outras receitas (despesas) líquidas		(110)	54
		<u>5.992</u>	<u>592</u>

- (i) Refere-se, substancialmente, ao crédito de PIS e COFINS reconhecido nas controladas CBA, VCSA e controlada indireta VCNNE, no montante de R\$ 747, conforme Nota 1.1 (d).

33 Resultado financeiro líquido

Política contábil

(i) Receitas (despesas) financeiras

Compreendem os valores de juros sobre empréstimos e sobre aplicações financeiras, variação monetária e cambial ativa e passiva, vinculada aos empréstimos com instrumento de "swap", resultado de variação cambial líquido dos ganhos e das perdas com instrumentos financeiros derivativos ("swap" contratado) e descontos diversos que são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência.

(ii) Variação Cambial

Uma transação em moeda estrangeira deve ser reconhecida contabilmente, no momento inicial, pela moeda funcional, mediante a aplicação da taxa de câmbio à vista entre a moeda funcional e a moeda estrangeira, na data da transação, sobre o montante em moeda estrangeira.

Ao término de cada período de reporte os itens monetários em moeda estrangeira devem ser convertidos, usando-se a taxa de câmbio de fechamento.

As variações cambiais advindas da liquidação de itens monetários ou da conversão de itens monetários por taxas diferentes daquelas pelas quais foram convertidos quando da mensuração inicial, durante o período ou em demonstrações financeiras anteriores, devem ser reconhecidas na demonstração do resultado no período em que surgirem.

	2019	2018
	Reapresentado	
Receitas financeiras		
Juros sobre ativos financeiros (i)	568	476
Receita de aplicações financeiras	434	389
Reversão de atualização de provisões passivas	120	103
Valor justo dos empréstimos e financiamentos	59	42
Atualização monetária sobre ativos	45	64
Descontos obtidos	20	35
Ganho na renegociação de dívidas		69
Outras receitas financeiras	21	79
	1.267	1.257
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(1.178)	(1.394)
Capitalização de juros sobre empréstimos	49	43
Prêmio pago na recompra de bond (tender offer)	(172)	
Atualização monetária sobre provisões	(219)	(194)
Valor justo dos empréstimos e financiamentos	(127)	(155)
Despesas de captação	(140)	(102)
Juros e atualização monetária UBP (ii)	(101)	(108)
Juros sobre antecipação de recebíveis	(101)	(101)
Ajuste a valor presente CPC 12	(101)	(96)
PIS/COFINS sobre resultado financeiro	(60)	(46)
IR sobre remessas de juros ao exterior	(45)	(111)
Juros sobre streaming de prata	(26)	(27)
Outras despesas financeiras	(291)	(238)
	(2.512)	(2.529)
Resultado dos instrumentos financeiros derivativos		
Receitas	139	370
Despesas	(374)	(162)
	(235)	208
Variações cambiais, líquidas	(137)	(976)
Resultado financeiro líquido	(1.617)	(2.040)

- (i) Refere-se substancialmente, ao crédito de PIS e COFINS reconhecido nas controladas VCSA e CBA e a controlada indireta VCNNE, nos montantes de R\$ 439, conforme Nota 1.1 (d).

34 Benefícios fiscais

As controladas possuem incentivos fiscais enquadrados em determinados programas de desenvolvimento industrial estaduais e federais. Com relação aos programas estaduais, estes tem por objetivo atrair investimentos industriais visando a descentralização regional, promover a geração de emprego e renda, além de complementar e diversificar a matriz industrial dos estados, estes incentivos fiscais são aprovados pelos estados na forma de financiamento com percentual de até 75%, crédito presumido com percentual de até 95% e diferimento do pagamento de impostos ou reduções parciais do valor devido para importações de ativos e insumos.

35 Seguros

A Companhia e suas controladas mantêm em vigor apólices de responsabilidade civil dos executivos e diretores, além de cobertura de seguros de riscos patrimoniais e lucros cessantes. Tais apólices possuem coberturas, condições e limites, considerados, pela Administração, adequados aos riscos inerentes da operação.

36 Informações de segmentos de negócios

A fim de proporcionar um maior nível de informações, a Companhia optou por divulgar informações financeiras por segmentos de negócio. As informações a seguir referem-se à abertura da VSA por segmentos de negócio e consideram as eliminações de saldos e transações entre as empresas do mesmo segmento, antes: (i) das eliminações entre os segmentos de negócio; e (ii) das eliminações dos investimentos mantidos pelas empresas *holdings*.

Adicionalmente, são destacadas as eliminações e reclassificações entre as empresas, de forma que o resultado líquido corresponda às informações financeiras consolidadas da VSA, divulgadas como informações suplementares. Essas informações suplementares não objetivam estar de acordo e não são requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pela IFRS.

(a) Gestão de capital

Os índices de alavancagem financeira são calculados de acordo com as informações dos segmentos industriais, considerando a base das informações do resultado acumulado de 12 meses, conforme cláusulas restritivas de empréstimos:

EBITDA ajustado	Nota	Segmentos industriais	
		2019	2018
		Reapresentado	
Lucro líquido do exercício		4.925	2.309
Adições (exclusões):			
Operações continuadas			
Equivalência patrimonial		(1.022)	(1.938)
Resultado financeiro líquido		1.624	2.048
Imposto de renda e contribuição social		2.168	1.013
Depreciação, amortização e exaustão		3.067	2.455
Operações descontinuadas			
Resultado financeiro líquido		38	6
Imposto de renda e contribuição social		(3)	(99)
Depreciação, amortização e exaustão			55
EBITDA antes de outras adições e itens excepcionais		10.797	5.849
Adições:			
Dividendos recebidos		65	942
Itens excepcionais			
EBITDA - operações descontinuadas		2	10
Itens não recorrentes - operações descontinuadas			211
Ganho líquido na venda de investimentos		(6.719)	(130)
<i>Impairment</i> (reversão) de imobilizado e intangível		723	(24)
Ganho pelo ajuste a valor justo na desconsolidação da VTRM			(302)
Outros		252	322
EBITDA anualizado ajustado (A)		5.120	6.878
Dívida líquida			
Empréstimos e financiamentos	21	19.755	24.451
Arrendamento mercantil	22	841	
Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos		(10.614)	(11.236)
Dívida líquida (B)		9.982	13.215
Índice de alavancagem financeira (B/A)		1,95	1,92

em 31 de dezembro de 2019

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Balanço patrimonial – Segmentos de negócio

	2019									
Ativo	Votorantim Cimentos	Nexa Resources	CBA	Aços longos (*)	Votorantim Energia	Holding e outras	Eliminações	Total segmentos industriais	Votorantim Finanças	Total consolidado
Circulante										
Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos	3.011	3.070	649	104	102	3.770		10.706	62	10.768
Contas a receber de clientes	675	714	404	185	449	92	(323)	2.196		2.196
Estoques	1.668	1.190	928	342		1		4.129		4.129
Tributos a recuperar	359	382	640	71	8	423		1.883	85	1.968
Dividendos a receber	9		6		69	178	(181)	81		81
Instrumentos financeiros - compromisso firme										
Outros ativos	248	204	41	45	50	58	(25)	621		621
	5.970	5.560	2.668	747	678	4.522	(529)	19.616	147	19.763
Não circulante										
Realizável a longo prazo										
Aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos	205	60	95					360		360
Instrumentos financeiros - Suzano						2.749		2.749		2.749
Instrumentos financeiros derivativos - put option						655		655		655
Tributos a recuperar	1.906	430	738	22		381		3.477		3.477
Partes relacionadas	24	19	28			266	(108)	229		229
Imposto de renda e contribuição social diferidos	381	1.079	841	168	14	592	239	3.314	27	3.341
Depósitos judiciais	183	29	115	2		16		345		345
Instrumentos financeiros - compromisso firme					29			29		29
Outros ativos	444	112	18	60		68	24	726		726
	3.143	1.729	1.835	252	43	4.727	155	11.884	27	11.911
Investimentos										
Imobilizado	1.007		204		2.464	34.391	(26.340)	11.726	5.378	(5.384)
Intangível	12.877	7.845	4.721	1.107	35	563		27.148		27.148
Direito de uso sobre contratos de arrendamento	6.458	7.055	492	33	550	211	(1.516)	13.283		13.283
Ativos biológicos	537	119	16	111	10	20		813		813
	24.022	16.748	7.269	1.508	3.102	39.991	(27.701)	64.939	5.405	(5.384)
Total do ativo	29.992	22.308	9.937	2.255	3.780	44.513	(28.230)	84.555	5.552	(5.384)

(*) Referem-se às operações de acos longos no exterior (Argentina e Colômbia).

em 31 de dezembro de 2019

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2019										
	Votorantim Cimentos	Nexa Resources	CBA	Aços longos (*)	Votorantim Energia	Holding e outras	Eliminações	Total segmentos industriais	Votorantim Finanças	Eliminações	Total consolidado
Passivo e patrimônio líquido											
Circulante											
Empréstimos e financiamentos	540	134	126	133		21		954			954
Arrendamento mercantil	101	66	9	18	3	13		210			210
Instrumentos financeiros derivativos	15	33	21					69			69
Risco sacado a pagar	552	334	335	194				1.415			1.415
Fornecedores	2.045	1.669	407	194	396	16	(298)	4.429			4.429
Salários e encargos sociais	356	233	123	39	20	65		836			836
Tributos a recolher	235	39	42	90	10	8		424			424
Adiantamento de clientes	25	10	20	39	1	7		102			102
Dividendos a pagar	156	27	14		77	39	(193)	120			120
Uso do bem público - UBP	35	7	45					87			87
Partes relacionadas											
Instrumentos financeiros - compromisso firme	10		17		54			81			81
Receita diferida - obrigação por performance					32			32			32
Receita diferida - <i>streaming</i> de prata		106						106			106
Outros passivos	393	187	50	24		184		838			838
	4.463	2.845	1.209	731	593	353	(491)	9.703			9.703
Passivos relacionados a ativos mantidos para venda	2							2			2
	4.465	2.845	1.209	731	593	353	(491)	9.705			9.705
Não circulante											
Empréstimos e financiamentos	9.840	5.947	2.030			984		18.801			18.801
Arrendamento mercantil	445	72	7	93	6	8		631			631
Instrumentos financeiros derivativos	110	55	218					383			383
Imposto de renda e contribuição social diferidos	568	1.083		18	43	207		1.919	168		2.087
Partes relacionadas	122	4	30		1	21	(128)	50			50
Provisões	1.183	1.002	684	103	1	164		3.137			3.137
Uso do bem público - UBP	483	87	580			1		1.151			1.151
Benefícios de plano de pensão e saúde pós-emprego	227			140				367			367
Instrumentos financeiros - compromisso firme	45		77					122			122
Receita diferida - obrigação por performance											
Receita diferida - <i>streaming</i> de prata		621						621			621
Outros passivos	230	263	43	93	10	120		759		2	761
	13.253	9.134	3.669	447	61	1.505	(128)	27.941	168	2	28.111
Total do passivo	17.718	11.979	4.878	1.178	654	1.858	(619)	37.646	168	2	37.816
Patrimônio líquido											
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	11.629	8.526	4.874	805	3.126	42.655	(29.852)	41.763	5.384	(5.378)	41.769
Participação dos acionistas não controladores	645	1.803	185	272			2.241	5.146		(8)	5.138
Total do patrimônio líquido	12.274	10.329	5.059	1.077	3.126	42.655	(27.611)	46.909	5.384	(5.386)	46.907
Total do passivo e patrimônio líquido	29.992	22.308	9.937	2.255	3.780	44.513	(28.230)	84.555	5.552	(5.384)	84.723

(*) Referem-se às operações de aços longos no exterior (Argentina e Colômbia).

em 31 de dezembro de 2019

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Demonstração do resultado – Segmentos de negócio

	2019										
	Votorantim Cimentos	Nexa Resources	CBA	Aços longos (*)	Votorantim Energia	Holding e outras	Eliminações	Total segmentos industriais	Votorantim Finanças	Eliminações	Total consolidado
Operações continuadas											
Receita líquida de produtos vendidos e serviços prestados	13.027	9.200	5.264	2.133	4.229	75	(3.021) (**)	30.907			30.907
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(10.689)	(7.669)	(4.606)	(1.715)	(4.103)	(51)	3.021 (**)	(25.812)			(25.812)
Lucro bruto	2.338	1.531	658	418	126	24		5.095			5.095
Receitas (despesas) operacionais											
Com vendas	(714)	(99)	(36)	(21)		(3)		(873)			(873)
Gerais e administrativas	(914)	(803)	(214)	(155)	(94)	(302)		(2.482)	(14)		(2.496)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	686	(1.073)	(178)	110	(56)	6.503		5.992			5.992
	(942)	(1.975)	(428)	(66)	(150)	6.198		2.637	(14)		2.623
Lucro (prejuízo) operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro	1.396	(444)	230	352	(24)	6.222		7.732	(14)		7.718
Resultado de participações societárias											
Equivalência patrimonial	189	(3)	14		356	933	(575)	914	797	(792)	919
Realização de resultados abrangentes na alienação de investimentos	108							108			108
	297	(3)	14		356	933	(575)	1.022	797	(792)	1.027
Resultado financeiro líquido											
Receitas financeiras	547	122	313	25	99	283	(127)	1.262	7		1.269
Despesas financeiras	(1.240)	(487)	(447)	(145)	(116)	(206)	127	(2.514)			(2.514)
Resultado dos Instrumentos financeiros derivativos	(77)	12	(68)			(102)		(235)			(235)
Variações cambiais, líquidas	(42)	(49)	(46)	(52)		52		(137)			(137)
	(812)	(402)	(248)	(172)	(17)	27		(1.624)	7		(1.617)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	881	(849)	(4)	180	315	7.182	(575)	7.130	790	(792)	7.128
Imposto de renda e contribuição social											
Correntes	(290)	(171)	(42)	(87)	(14)	(857)		(1.461)			(1.461)
Diferidos	(5)	411	11	14	25	(1.163)		(707)	2		(705)
Lucro líquido (prejuízo) proveniente de operações continuadas	586	(609)	(35)	107	326	5.162	(575)	4.962	792	(792)	4.962
Operações descontinuadas											
Prejuízo das operações descontinuadas	(37)							(37)			(37)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício atribuído aos acionistas	549	(609)	(35)	107	326	5.162	(575)	4.925	792	(792)	4.925
Lucro líquido (prejuízo) atribuível aos acionistas controladores	479	(486)	(64)	55	326	5.108	(248)	5.170	792	(792)	5.170
Lucro líquido (prejuízo) atribuível aos acionistas não controladores	70	(123)	29	52			(273)	(245)			(245)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	549	(609)	(35)	107	326	5.109	(522)	4.925	792	(792)	4.925

(*) Referem-se às operações de aços longos no exterior (Argentina e Colômbia).

(**) Referem-se substancialmente a operação de venda de energia elétrica da Votener para a CBA e VCSA.

em 31 de dezembro de 2019

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2018										
	Reapresentado										
	Votorantim Cimentos	Nexa Resources	CBA	Aços longos (*)	Votorantim Energia	Holding e outras	Eliminações	Total segmentos industriais	Votorantim Finanças	Eliminações	Total consolidado
Operações continuadas											
Receita líquida de produtos vendidos e serviços prestados	12.610	9.066	5.417	2.112	4.456	47	(2.777) (**)	30.931			30.931
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(10.224)	(6.904)	(4.468)	(1.893)	(4.283)	(34)	2.777 (**)	(25.029)			(25.029)
Lucro bruto	2.386	2.162	949	219	173	13		5.902			5.902
Receitas (despesas) operacionais											
Com vendas	(613)	(69)	(36)	(25)		(12)		(755)			(755)
Gerais e administrativas	(810)	(553)	(197)	(133)	(94)	(337)		(2.124)	(13)		(2.137)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	596	(345)	(35)	231	345	(89)	(111)	592			592
	(827)	(967)	(268)	73	251	(438)	(111)	(2.287)	(13)		(2.300)
Lucro (prejuízo) operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro	1.559	1.195	681	292	424	(425)	(111)	3.615	(13)		3.602
Resultado de participações societárias											
Equivalência patrimonial	120		(27)		343	1.323	(645)	1.114	530	(526)	1.118
Dividendos recebidos						820		820			820
Realização de resultados abrangentes na alienação de investimentos	4							4			4
	124		(27)		343	2.143	(645)	1.938	530	(526)	1.942
Resultado financeiro líquido											
Receitas financeiras	647	233	152	11	108	230	(132)	1.249	8		1.257
Despesas financeiras	(1.250)	(417)	(395)	(152)	(154)	(293)	132	(2.529)			(2.529)
Resultado Instrumentos financeiros derivativos	34	(9)		8		175		208			208
Variações cambiais, líquidas	(319)	(538)	(283)	(33)		(217)	414	(976)			(976)
	(888)	(731)	(526)	(166)	(46)	(105)	414	(2.048)	8		(2.040)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	795	464	128	126	721	1.613	(342)	3.505	525	(526)	3.504
Imposto de renda e contribuição social											
Correntes	(127)	(251)	(26)	(70)	(23)	42		(455)			(455)
Diferidos	(600)	107	(48)	87	(116)	63	(51)	(558)	2		(556)
Lucro líquido (prejuízo) proveniente de operações continuadas	68	320	54	143	582	1.718	(393)	2.492	527	(526)	2.493
Operações descontinuadas											
Prejuízo das operações descontinuadas	(58)					(125)		(183)			(183)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício atribuído aos acionistas	10	320	54	143	582	1.593	(393)	2.309	527	(526)	2.310
Lucro líquido (prejuízo) atribuível aos acionistas controladores	(46)	274	43	97	582	1.645	(493)	2.102	526	(526)	2.102
Lucro líquido atribuível aos acionistas não controladores	56	46	11	46			48	207	1		208
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	10	320	54	143	582	1.645	(445)	2.309	527	(526)	2.310

(*) Referem-se às operações de aços longos no exterior (Argentina e Colômbia).

(**) Refere-se substancialmente a operação de venda de energia elétrica da Votener para a CBA e VCSA.

em 31 de dezembro de 2019

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) EBITDA ajustado – Segmentos de negócio

	2019									
	Votorantim	Nexa	Aços longos	Votorantim	Holding e			Total	Votorantim	Total
	Cimentos	Resources	CBA	Energia	outras	Eliminações		segmentos	Finanças	consolidado
			(*)					industriais		
Receita líquida de produtos vendidos e serviços prestados	13.027	9.200	5.264	2.133	4.229	75	(3.021)	30.907		30.907
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(10.689)	(7.669)	(4.606)	(1.715)	(4.103)	(51)	3.021	(25.812)		(25.812)
Lucro bruto	2.338	1.531	658	418	126	24		5.095		5.095
Receitas (despesas) operacionais										
Com vendas	(714)	(99)	(36)	(21)		(3)		(873)		(873)
Gerais e administrativas	(914)	(803)	(214)	(155)	(94)	(302)		(2.482)	(14)	(2.496)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	686	(1.073)	(178)	110	(56)	6.503		5.992		5.992
	(942)	(1.975)	(428)	(66)	(150)	6.198		2.637	(14)	2.623
Lucro (prejuízo) operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro										
	1.396	(444)	230	352	(24)	6.222		7.732	(14)	7.718
Adição:										
Depreciação, exaustão e amortização - operações continuadas	1.222	1.245	463	104	5	28		3.067		3.067
EBITDA	2.618	801	693	456	(19)	6.250		10.799	(14)	10.785
Adição:										
Dividendos recebidos	65				69		(69)	65	540	605
Itens excepcionais										
Ganho líquido na venda de investimentos						(6.719)		(6.719)		(6.719)
Impairment - imobilizado, intangível e investimento	14	564	145					723		723
Outros	(39)		24			267		252		252
EBITDA ajustado	2.658	1.365	862	456	50	(202)	(69)	5.120	526	5.646

(*) Referem-se às operações de aços longos no exterior (Argentina e Colômbia).

(**) Referem-se substancialmente a operação de venda de energia elétrica da Votener para a CBA e VCSA.

em 31 de dezembro de 2019

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

									2018
									Reapresentado
	Votorantim		Aços longos	Votorantim	Holding e		Total	Votorantim	Total
	Cimentos	Nexa Resources	CBA	Energia	outras	Eliminações	segmentos industriais	Finanças	consolidado
Receita líquida de produtos vendidos e serviços prestados	12.610	9.066	5.417	2.112	4.456	47	(2.777) (**)	30.931	30.931
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(10.224)	(6.904)	(4.468)	(1.893)	(4.283)	(34)	2.777 (**)	(25.029)	(25.029)
Lucro bruto	2.386	2.162	949	219	173	13	5.902		5.902
Receitas (despesas) operacionais									
Com vendas	(613)	(69)	(36)	(25)		(12)	(755)		(755)
Gerais e administrativas	(810)	(553)	(197)	(133)	(94)	(337)	(2.124)	(13)	(2.137)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	596	(345)	(35)	231	345	(89)	592		592
	(827)	(967)	(268)	73	251	(438)	(2.287)	(13)	(2.300)
Lucro (prejuízo) operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro	1.559	1.195	681	292	424	(425)	3.615	(13)	3.602
Adição									
Depreciação, exaustão e amortização - operações continuadas	1.038	974	303	91	27	22	2.455		2.455
EBITDA	2.597	2.169	984	383	451	(403)	6.070	(13)	6.057
Adição:									
Dividendos recebidos	46				8	896	942	143	1.085
Itens excepcionais									
Perda (ganho) líquida na venda de investimentos	4	(1)	(111)			(133)	(130)		(130)
impairment (reversão) - imobilizado, intangível e investimento	(8)	12	(41)			13	(24)		(24)
Valor justo do ativo biológico									
Ganho pelo ajuste a valor justo na desconsolidação da VTRM					(302)		(302)		(302)
Outros	(15)					337	322		322
EBITDA ajustado	2.624	2.180	832	383	157	710	6.878	130	7.008

(*) Referem-se às operações de aços longos no exterior (Argentina e Colômbia).

(**) Refere-se substancialmente a operação de venda de energia elétrica da Votener para a CBA e VCSA.

37 Eventos subsequentes

(a) Aquisição de unidade fabril

A controlada CBA anunciou, em agosto 2019, a assinatura do contrato de compra e venda de ações com a finalidade de adquirir integralmente as ações da empresa Arconic Industria e Comércio de Metais Ltda, unidade localizada em Pernambuco, no Nordeste brasileiro, que irá complementar a linha de produtos laminados da CBA. O controle efetivo das operações foi transferido para a CBA em fevereiro de 2020. O preço pago pela aquisição totalizou R\$ 225 e ganho por compra vantajosa de R\$ 139 na aplicação do método de aquisição previsto no CPC15 para o registro contábil da operação.

(b) Opção de compra de Piauí II e III

Em janeiro de 2020 a controlada indireta VTRM exerceu sua opção de compra de Piauí II e III, para desenvolvimento de novos parques eólicos na região Nordeste do Brasil, com investimento aproximado de R\$ 2.000. O início de construção dos parques está previsto para 2021, com entrada em operação entre 2022 e 2023.

Cada um dos complexos será composto por cinco parques eólicos localizados na região na Serra do Inácio. Ventos do Piauí II terá 100% da sua estrutura distribuída entre 3 municípios piauienses (Curral Novo, Paulistana e Betânia do Piauí) e o complexo Ventos do Piauí III, terá aerogeradores instalados em Curral Novo (Piauí), Araripina e Ouricuri (Pernambuco). Juntos, os novos complexos terão uma capacidade instalada de geração de energia de 411,6 MW e tornarão a controlada indireta VTRM responsável por aproximadamente 1,0 GW de capacidade instalada de geração naquela região.

(c) Aditamento ao contrato de empréstimo nos termos da Lei nº 4.131/1962 pela VCSA

Em 30 de janeiro de 2020, a controlada VCSA renegociou as condições contratuais do empréstimo sob a Lei nº 4.131/1962, contratado em março de 2018, no valor total de USD 100 milhões. A Companhia estendeu o prazo final de vencimento de 2023 para 2025 e repactuou o custo do *swap* (instrumento financeiro derivativo) de 112,00% para 107,00 % do CDI.

O *swap* atrelado à operação, contratado em conjunto com a mesma instituição financeira do empréstimo, visa tanto a troca de exposição à taxa flutuante LIBOR para taxa flutuante CDI, como troca de moeda dólar para real (dívida em dólar + *swap* para real em % CDI).

(d) Distribuição de dividendos pela controlada Nexa

Em 13 de fevereiro de 2020, o Conselho de Administração da controlada Nexa aprovou, sujeito a ratificação pelos acionistas da controlada Nexa, de acordo com as leis do Luxemburgo, distribuição de dividendos aos acionistas da controlada Nexa, registrados em 16 de março de 2020, de aproximadamente USD 50 milhões a serem pagos em 30 de março de 2020.

(e) Financiamento à exportação

Em fevereiro de 2020, a controlada CBA firmou contrato de empréstimo (NCE – Nota de crédito à exportação) visando o financiamento de suas exportações no montante de R\$ 250 com vencimento em 14 de fevereiro de 2029. Destaca-se que o empréstimo é caracterizado como “Financiamento Verde” com base nas diretrizes dos Green Loan Principles. A operação possui contrato de *swap* (instrumento financeiro derivativo – *hedge accounting*), que visa a troca de exposição à taxa flutuante CDI em reais para taxa pré-fixada em dólares americanos, resultando no custo final de 4,25% ao ano.

(f) Deliberação de dividendos - VSA

Em 20 de janeiro de 2020, a Companhia deliberou à sua controladora Hejoassu Administração S.A., o montante de R\$ 401 correspondente a dividendos relativos à parte do saldo da conta de “Reservas de Lucros”, acumulado de exercícios anteriores. O valor foi integralmente pago até o dia 10 de fevereiro de 2020.